

# As Visitas de Estudo no Sistema Educativo Português

Susana Pinto Gomes

Dissertação de Mestrado em Ciências da Educação

**(versão corrigida e melhorada após defesa pública)**

Julho de 2016

Dissertação apresentada para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Ciências da Educação, realizada sob a orientação científica de Professora Doutora Maria do Carmo Pereira de Campos Vieira da Silva

## **As Liberdades Essenciais**

As liberdades essenciais são três: liberdade de cultura, liberdade de organização social, liberdade económica. Pela liberdade de cultura, o homem poderá desenvolver ao máximo o seu espírito crítico e criador; ninguém lhe fechará nenhum domínio, ninguém impedirá que transmita aos outros o que tiver aprendido ou pensado. Pela liberdade de organização social, o homem intervém no arranjo da sua vida em sociedade, administrando e guiando, em sistemas cada vez mais perfeitos à medida que a sua cultura se for alargando; para o bom governante, cada cidadão não é uma cabeça de rebanho; é como que o aluno de uma escola de humanidade: tem de se educar para o melhor dos regimes, através dos regimes possíveis. Pela liberdade económica, o homem assegura o necessário para que o seu espírito se liberte de preocupações materiais e possa dedicar-se ao que existe de mais belo e de mais amplo; nenhum homem deve ser explorado por outro homem; ninguém deve, pela posse dos meios de produção e de transporte, que permitem explorar, pôr em perigo a sua liberdade de Espírito ou a liberdade de Espírito dos outros. No Reino Divino, na organização humana mais perfeita, não haverá nenhuma restrição de cultura, nenhuma coacção de governo, nenhuma propriedade. A tudo isto se poderá chegar gradualmente e pelo esforço fraterno de todos.

Agostinho da Silva, in 'Textos e Ensaios Filosóficos'

## AGRADECIMENTOS

Para começar quero agradecer a todos os que com a sua presença, silêncio, disponibilidade e inspiração procuraram estar ao meu lado, muitas vezes, em pensamento.

Depois, com muito amor, agradeço à minha mãe. Por ser “pai” e mãe ao longo desta vida. E mesmo não percebendo a importância desta dissertação, somente que era algo muito importante para mim, esteve sempre presente com amor e paciência. Agradeço também à minha orientadora, Professora Doutora Maria do Carmo Vieira da Silva. Pela exigência e sinceridade. E por ter acreditado comigo, e em mim, de que esta dissertação era possível de ser realizada. Sempre com uma palavra amiga e firme de incentivo. Agradeço ainda a todos os meus professores, e foram muitos! Ao longo do meu percurso escolar e académico foram e são uma fonte de inspiração. Aos meus professores também devo e agradeço o que hoje sou e sei. Quero ainda agradecer aos meus colegas de mestrado. Pela partilha, disponibilidade, paciência e amor.

Já quase a finalizar, mas não menos importante, quero agradecer de coração, aos amigos que nunca desistiram de mim e também por acreditarem que era possível chegar ao fim: Ana Godinho e à sua família, Ana Lagos e à sua família, Maria Rodrigues e à sua família, Hugo Morais, Sandra Marques, Luís Marques e Mário Farelo. Sempre disponíveis e optimistas! Mas também um agradecimento aos amigos que esperaram resilientemente que terminasse a dissertação para voltar ao “normal”.

O interesse pelo tema das visitas de estudo surge após a pós-graduação em Novas Tecnologias aplicadas à Educação e Formação, em 2007. Ao longo da experiência como docente de Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC), no 1º e 3º ciclo do ensino básico e formadora no ensino profissional, desenvolvi um projecto educativo e cultural, recorrendo às novas tecnologias com o objetivo de promover as visitas de estudo. A experiência de trabalho com grupos de adultos e jovens, em centros de formação profissional, associados ao Instituto de Emprego e Formação Profissional, despertou um interesse particular pelas questões relacionadas com o desenvolvimento da literacia cultural, em contexto educativo e formativo. Por isso, também não posso deixar de agradecer a todos (as) os (as) alunos (as) e formandos (as), colegas e direcções por terem contribuído como inspiração.

Por fim, agradeço a quem sempre acreditou e segue o projecto Cultur@qui.

# **AS VISITAS DE ESTUDO NO SISTEMA EDUCATIVO PORTUGUÊS**

## **DISSERTAÇÃO**

**Susana Pinto Gomes**

### **RESUMO**

O que são as visitas de estudo? Como é que no actual sistema educativo português as visitas de estudo são estruturadas e operacionalizadas? Para dar resposta a estas duas perguntas de partida procurámos indicadores que conduzissem a algumas propostas ilustrativas sobre o valor pedagógico e social das mesmas, socorrendo-nos de elementos intervenientes da comunidade educativa portuguesa.

Durante a investigação procurámos identificar os pressupostos conceptuais, estruturais e operacionais utilizados pela comunidade educativa para instrumentalizar as visitas de estudo. A intenção foi dar resposta à questão principal: podem as visitas de estudo contribuir para a promoção de capital cultural, fundamental para afirmar a equidade escolar que o sistema de ensino pode promover e deve garantir?

Focados na questão principal, centrámos a pesquisa em dados normativos, documentais, bem como numa pesquisa bibliográfica. Uma pesquisa que interpretou o currículo, a pedagogia e a didáctica na prática docente do ensino básico, e foi ao encontro de registos das visitas de estudo enquanto estratégia pedagógica útil para adquirir conhecimento escolar valioso. Mas poderão as visitas de estudo contribuir para o acesso ao conhecimento escolar valioso? Não podemos esquecer que, na actual sociedade do conhecimento, o conhecimento é não só economicamente valorizado, mas também socialmente imprescindível para o exercício da cidadania global.

Alguns dos dados obtidos conduziram-nos a interpretar as visitas de estudo como uma das estratégias pedagógicas mais antigas no ensino português. No entanto, actualmente, são uma estratégia muito pouco utilizada na prática docente. Poderá a escola de massas ser incompatível com uma didáctica das visitas de estudo? Para responder a esta questão fomos dirigidos a pesquisar propostas que interpretassem as visitas de estudo como estratégia pedagógica de capacitação da literacia cultural, em contexto escolar do ensino básico, sendo esta pesquisa sempre compatível com o debate do “regresso dos

professores” e a necessidade de desenvolvimento de competências ao nível da literacia digital.

Os dados obtidos nem sempre devolveram unanimidade quanto à conceptualização das visitas de estudo, criando um espaço ambíguo para a leitura de como se estruturam e operacionalizam em contexto escolar. Contudo, o carácter globalizante continua a ser um fundamento para a realização de visitas de estudo.

Durante o estudo empírico procurámos ir ao encontro de dados qualitativos com significação para as questões colocadas. Para tal, auscultámos elementos intervenientes da comunidade educativa portuguesa, seguindo um plano de trabalho assente na investigação qualitativa, através de um questionário aberto, numa lógica de construção *survey*. Os intervenientes considerados para o estudo foram: os planeadores do currículo nacional (programas e metas curriculares), corpo docente da formação inicial de professores (no ensino básico), elementos da escola, os intervenientes na construção de políticas educativas, representantes de conselhos municipais educativos e instituições culturais, científicas ou de carácter económico (com serviços dirigidos ao público escolar).

Os resultados do instrumento aplicado devolveram dados inconclusivos. Porém, o enquadramento teórico apresentou uma visão pedagógica e social sobre as visitas de estudo e conduziu-nos a uma proposta de retomar as visitas de estudo para dentro da profissão docente, através de uma nova didáctica de visitas de estudo e em sintonia com a actual sociedade do conhecimento. Pois, afinal, vale a pena o acesso ao conhecimento escolar valioso através das visitas de estudo!

**PALAVRAS-CHAVE:** visita de estudo, sistema educativo português, sociedade do conhecimento, equidade escolar.

# **AS VISITAS DE ESTUDO NO SISTEMA EDUCATIVO PORTUGUÊS**

## **DISSERTATION**

**Susana Pinto Gomes**

### **ABSTRACT**

What are study visits? How does the educational portuguese system structure and operationalize study visits? In order to answer these two questions we searched for indicators that would lead to illustrative proposals about the study visits social and educational value. For this purpose we interviewed elements of the Portuguese educational community.

During the investigation we sought to identify the assumptions, conceptual, structural and operational, used by the educational community in order to organize study visits. The intention was to answer the main question: can study visits contribute to the promotion of cultural capital, fundamental to state school equity that the education system can promote and should ensure?

Concentrated on the main issue, we have focused our research on normative, documental data as well as a literature search. The research interpreted the curriculum, pedagogy and didactics in basic education teaching, and went on searching for records of the study visits as a useful pedagogical strategy to acquire valuable knowledge at school. But can study visits contribute to access valuable school knowledge? We cannot forget that in today's knowledge society, knowledge is not only economically valued, but also socially indispensable for the exercise of global citizenship.

Some of the data led us to interpret study visits as one of the oldest teaching strategies in Portuguese teaching practice. However, currently, it is the least used strategy. Can the school masses be incompatible with study visit didactics? To answer this question we were led to research proposals that interpret study visits as a pedagogical strategy of cultural literacy training in basic schools. Being this research always compatible with the debate of the “return of the teachers” and the need to develop skills in digital literacy.

About the conceptualisation of the study visits the gathered data weren't always unanimous, creating an ambiguous space for the reading on how they structure and

operationalize themselves in schools. However, its global nature remains a foundation for still conducting study visits.

During the empirical study, we sought to meet qualitative data with significance for the pre-existing questions. For such, we heard the intervening elements of the Portuguese educational community. Following a work plan based on qualitative research, an open questionnaire was proposed, through a survey construction logic. The actors considered for the study were: the national curriculum planners (programs and curriculum goals), faculty of initial teacher training (basic education), school teachers elements, actors in the construction of educational policies, educational municipal councils representatives and cultural institutions, scientific or economic, (with targeted services to public school).

The results of the applied instrument returned inconclusive data. However, the theoretical framework presented the current educational and social of study visits vision and led us to a proposal to resume study visits into the teaching profession, through a study visits didactics and in line with the current knowledge society. After all, it's worth the access to valuable school knowledge through study visits!

**KEYWORDS:** study visit, portuguese educative system, knowledge society, education equity.

## ÍNDICE

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	4
<b>I PARTE – ENQUADRAMENTO TEÓRICO</b> .....	8
Introdução .....	8
1. Definição de visitas de estudo .....	9
2. As visitas de estudo e o currículo .....	14
3. As visitas de estudo, o currículo e a formação inicial de professores .....	17
4. A escola, os agentes da sociedade e as visitas de estudo .....	21
5. As visitas de estudo, equidade escolar e sociedade do conhecimento .....	26
Síntese do capítulo .....	31
<b>II PARTE – ESTUDO EMPÍRICO</b> .....	34
Introdução .....	34
1. Metodologia .....	34
1.1. Limitações .....	36
2. Procedimentos para a recolha de dados .....	37
2.1. Instrumentos .....	39
2.2. Participantes .....	41
3. Análise e discussão dos resultados .....	41
<b>III PARTE – CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES</b> .....	49
1. Conclusões .....	49
2. Recomendações .....	50
<b>BIBLIOGRAFIA</b> .....	54
<b>LEGISLAÇÃO</b> .....	57
<b>ANEXOS</b> .....	59

## **LISTA DE ABREVIATURAS**

CME – Conselho Municipal de Educação

DREA – Direcção Regional de Educação do Alentejo

DREC – Direcção Regional de Educação do Centro

DREL – Direcção Regional de Educação de Lisboa

DREN – Direcção Regional de Educação do Norte

ENEC – Estratégia Nacional de Educação e Cultura

ICCCE - Instituições Culturais, Científicas ou de Carácter Económico

LBSE – Lei de Bases do Sistema Educativo

ME – Ministério da Educação

PAA – Plano Anual de Atividades

PCE – Plano Curricular de Escola

PEA – Plano Educativo de Agrupamento

PEE – Plano Educativo de Escola

PEM – Plano Educativo Municipal

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Elementos intervenientes na conceptualização, organização e operacionalização das Visitas de Estudo	8
Figura 2 - Esquema conceptual das etapas na organização de visitas de estudo	10
Figura 3 - Tipos de visitas de estudo	12
Figura 4 - Posicionamento teórico da conceptualização de visitas de estudo	23
Figura 5 - Pressupostos teóricos de suporte à investigação qualitativa	35
Figura 6 - Questões do questionário aberto.	40

## INTRODUÇÃO

A presente investigação procurou compreender o actual valor pedagógico e social atribuído às visitas de estudo pelo sistema educativo português. Para tal, propusemo-nos desenvolver uma metodologia combinando na revisão da literatura uma pesquisa documental, normativa e bibliográfica, com um estudo de natureza qualitativa (estudo empírico), ancorado em questionários abertos a informantes-chave intervenientes na comunidade educativa portuguesa.

A pesquisa documental apresentou representações através das quais os elementos intervenientes da comunidade educativa se apropriaram da teorização normativa do conceito de visitas de estudo e, na prática, como este mesmo conceito é manifestado na prática pedagógica. Intencionalmente, dado o considerável número de elementos intervenientes na comunidade educativa, optámos por não cingir a presente investigação a uma área disciplinar específica, mas sim, centrar a investigação no campo de actuação dos elementos intervenientes na comunidade educativa. Por outro lado, dada a estrutura alargada da organização do sistema educativo português, cingimos a pesquisa ao contexto do ensino básico.

As pesquisas documentais, normativas e bibliográficas realizadas também foram ao encontro da relação entre a realização de visitas de estudo e a construção de conhecimento potenciador de aquisição de conhecimento escolar, valioso em capital cultural. Para o efeito, explorámos as actuais discussões educativas à procura de uma relação entre a realização de visitas de estudo e a promoção da equidade escolar.

No estudo empírico, procurámos testar a problemática sugerida pelas pesquisas (documental, normativa e bibliográfica). Assim, numa tentativa de obter dados para uma leitura reflexiva da actual apropriação conceptual, estrutural e operacionalização sobre o tema das visitas de estudo, foi proposto aos informantes-chave um questionário aberto. Os informantes-chave do estudo empírico foram: elementos intervenientes na construção do currículo nacional (programas e metas curriculares), elementos do corpo docente da formação inicial de professores e da escola, os intervenientes na construção de políticas educativas, conselhos municipais educativos e instituições culturais, científicas ou de carácter económico (com serviços dirigidos ao público escolar). A escolha dos participantes assentou na relação transsistémica que estabelecem entre si.

Em virtude da metodologia e dos objectivos da investigação, as palavras-chave foram: *visita de estudo, sistema educativo português, sociedade do conhecimento, equidade escolar*.

Durante o curso da investigação, foram sentidas várias inquietações semânticas quando percorrido o conceito de *visita de estudo* e a forma como, depois, se reflectem na sua operacionalização. As visitas de estudo são uma prática pedagógica antiga. Contudo, discute-se se as novas metodologias são estratégias pedagógicas assertivas para lidar com a heterogeneidade social e a promoção da literacia cultural.

Por outro lado, discutem-se as melhores estratégias pedagógicas, concertantes com as metas curriculares e o conhecimento escolar que é proposto nos programas curriculares. Nesta complexa reflexão, as novas tecnologias, como as visitas de estudo virtuais, acabaram por inundar a educação, e, agora, testam os elementos intervenientes na comunidade educativa e aliciam a provar a sua supremacia na construção do conhecimento escolar junto dos educandos. Neste ambiente escolar tecnológico, “antigas” estratégias de aprendizagem, como as visitas de estudo, têm vindo a ser minorizadas.

Esquecidas as práticas das antigas “classes de descoberta” (Carvalho, 1991), os factores que levam a esta minorização podem ser de origem conceptual, organizacional e operacional. Mas será que as visitas de estudo são uma prática pedagógica obsoleta? Ou uma prática pedagógica mediadora que a educação formal precisa urgentemente de recuperar? Daqui decorre a necessidade de investigar sobre as visitas de estudo. O que são? Para que servem? E a quem servem?

Portanto, focámos a investigação no motivo que leva à quase inexistente informação normativa e orientação coordenativa consensual sobre esta prática pedagógica, as visitas de estudo, mas também procurámos investigar qual a preparação coordenativa da prática de visitas de estudo na formação inicial de professores. Neste sentido, partimos do pressuposto de que as visitas de estudo são uma estratégia pedagógica integral para os programas curriculares. E sendo as visitas de estudo uma proposta para atingir o conhecimento escolar são, também, uma prática pedagógica exigente na coordenação quanto ao planeamento, execução e avaliação. Por fim, pesquisámos como os agentes da sociedade e a escola estão a operacionalizar, num sentido prático, a execução de visitas de estudo. Isto é, partem do mesmo conceito? Os

objectivos sociais, políticos e culturais coadunam-se com os objectivos pedagógicos e curriculares impostos às escolas? Que constrangimentos surgem da diversidade de interpretações sobre o que são as visitas de estudo? E que riscos sociais estamos a assumir quando as visitas de estudo são consideradas de carácter facultativo no processo de ensino e aprendizagem? Se compreendermos as visitas de estudo como uma estratégia pedagógica, em contexto de educação formal, há a necessidade de reflectir sobre uma nova didáctica das visitas de estudo.

Deste modo, determinámos como pergunta de partida da presente investigação: **Podem as visitas de estudo contribuir para a promoção do capital cultural, fundamental para afirmar a equidade escolar que o sistema de ensino pode promover e deve garantir?**

O objectivo geral desta investigação foi realizar um levantamento de como as visitas de estudo, enquanto estratégia pedagógica, são exploradas na comunidade educativa que as regulamenta, estrutura e operacionaliza, isto é, na esfera do sistema educativo português.

### **Objectivos específicos:**

Partindo de aspectos conceptuais, organizacionais e operacionais procurámos:

- i. Reflectir sobre a definição conceptual de *visita de estudo*, recorrendo a fontes normativas e científicas, procurando indagá-la como estratégia pedagógica.
- ii. Identificar as propostas de organização de uma visita de estudo associada à execução teórica e prática das visitas de estudo, da planificação à avaliação.
- iii. Compreender se a leitura do currículo influencia a prática docente quanto à realização de visitas de estudo.
- iv. Compreender como as visitas de estudo são abordadas na preparação profissional de professores durante a sua formação inicial.
- v. Compreender como é que a escola, conselhos municipais educativos e instituições culturais, científicas ou de carácter económico (com serviços dirigidos ao público escolar) abordam a preparação e realização de visitas de estudo.
- vi. Averiguar se a concretização de visitas de estudo é uma forma de preservar a equidade escolar enquanto promotora da integração funcional dos alunos perante a sociedade do conhecimento.

Esperamos com esta investigação compreender se as visitas de estudo são um contributo para a integração funcional e equitativa dos alunos perante a sociedade actual, presentemente uma sociedade designada de sociedade do conhecimento.

A sociedade do conhecimento, num sentido propalado pela UNESCO (2013), é entendida como uma sociedade capaz de “identificar, produzir, processar, transformar, disseminar e usar informações a fim de construir e aplicar conhecimentos para o desenvolvimento humano. Exigem uma visão social empoderadora que abrange pluralidade, inclusão, solidariedade e participação” (p.79).

## I PARTE – ENQUADRAMENTO TEÓRICO

### Introdução

A presente revisão da literatura procura investigar se as visitas de estudo assumem uma dimensão pedagógica e social, durante o processo educativo, na aquisição de conhecimento, no espaço normativo, institucional e pedagógico do sistema educativo português actual. E se este conhecimento, sobretudo o escolar, conferirá competências cognitivas, científicas e sociais significativas para o envolvimento e superação dos desafios que a actual sociedade do conhecimento propõe aos seus participantes. Assim, numa interpretação crítica, e num sentido sistémico, vamos ao encontro de uma reflexão sobre a regulação coerente e transsistémica. Isto é, numa tentativa de encontrar uma ligação pelo equilíbrio estrutural, humanista, entre os subsistemas da comunidade educativa, procurámos compreender como estes comunicam e interagem. Partimos da comunidade educativa e os respectivos campos de actuação no âmbito educativo e investigámos quais as responsabilidades e competências no prenúncio sobre as visitas de estudo. Para tal, consideraremos os fundamentos conceptuais, organizacionais e operacionais dos seguintes elementos intervenientes apresentados na figura 1:



*Figura 1 – Elementos intervenientes na conceptualização, organização e operacionalização das Visitas de Estudo*

O esquema apresentado na figura 1 é resultado de uma reflexão e, por isso, trata-se de uma proposta de leitura da actual relação das visitas de estudo com os elementos intervenientes das comunidades educativas. A figura 1 também serve de ponto de partida e encontro para a compreensão do enquadramento teórico proposto. Assim, na presente revisão da literatura, iniciamos com a necessidade de averiguar sobre a conceptualização actual do termo visitas de estudo. Posteriormente, iremos ao encontro do registo documental das visitas estudo nos programas curriculares e manuais escolares. Seguidamente, deslindaremos como as visitas de estudo estão a ser reflectidas como prática pedagógica, na preparação profissional inicial de professores. Continuamente, procuraremos encontrar registos sobre qual a abordagem organizacional e operacional que as escolas e os agentes da sociedade outorgam sobre o tema das visitas de estudo. Por fim, explanaremos sobre uma possível ligação entre as visitas de estudo e a promoção da equidade escolar na actual sociedade de conhecimento.

## **1. Definição de visitas de estudo**

O que é afinal uma visita de estudo? Como a podemos definir? No decorrer das leituras fomos conduzidos a reflectir sobre a abordagem conceptual de visitas de estudo, a sua função e tipos de visitas de estudo.

Nas leituras que realizámos encontrámos diversas abordagens ao conceito de visitas de estudo. Em primeiro lugar, segundo Mouro (1987), está latente a necessidade de definir o que são visitas de estudo de forma a evitar interpretações associadas à prática de excursões; já em Dionísio (2001), podemos ler que as visitas de estudo são “uma das mais antigas estratégias de ensino” (p.311). Na verdade, não só em Mouro (1987), como em Monteiro (1995), e mais tarde em Oliveira (2008), encontramos a necessidade de diferenciar excursões de visitas de estudo. Com efeito, as excursões estão associadas a uma prática lúdica e integrada na aprendizagem informal. As visitas de estudo, segundo Mouro (1987, p.51), implicam uma planificação que “carece de uma definição rigorosa de objectivos e passa por uma criteriosa escolha dos locais a estudar”. Por outro lado, e ainda segundo Mouro (1987, p.51), “uma visita de estudo só o será plenamente se a sua execução corresponder a uma metodologia adequada às circunstâncias”. Resultante desta interpretação, compreende-se que as visitas de estudo estão enquadradas no processo de ensino e aprendizagem, em contexto de educação formal. E, sendo as visitas de estudo

reconhecidas em contexto de educação formal, requerem um planeamento e avaliação criteriosos. Para reforçar esta posição, podemos encontrar em Oliveira (2008), citando Eshach (2007), Wellington (2000) e Almeida (1998), que “a educação formal é altamente estruturada, planeada pelo docente, que assume um papel central ao facultar aprendizagens sujeitas a carácter avaliativo, [...] e que se desenvolvem em contextos específicos, tais como escolas” (p.5).

O esquema conceptual proposto por Freitas (2000), e apresentado na figura 2, sintetiza o modo como as visitas de estudo podem ser interpretadas, estruturadas e concretizadas.

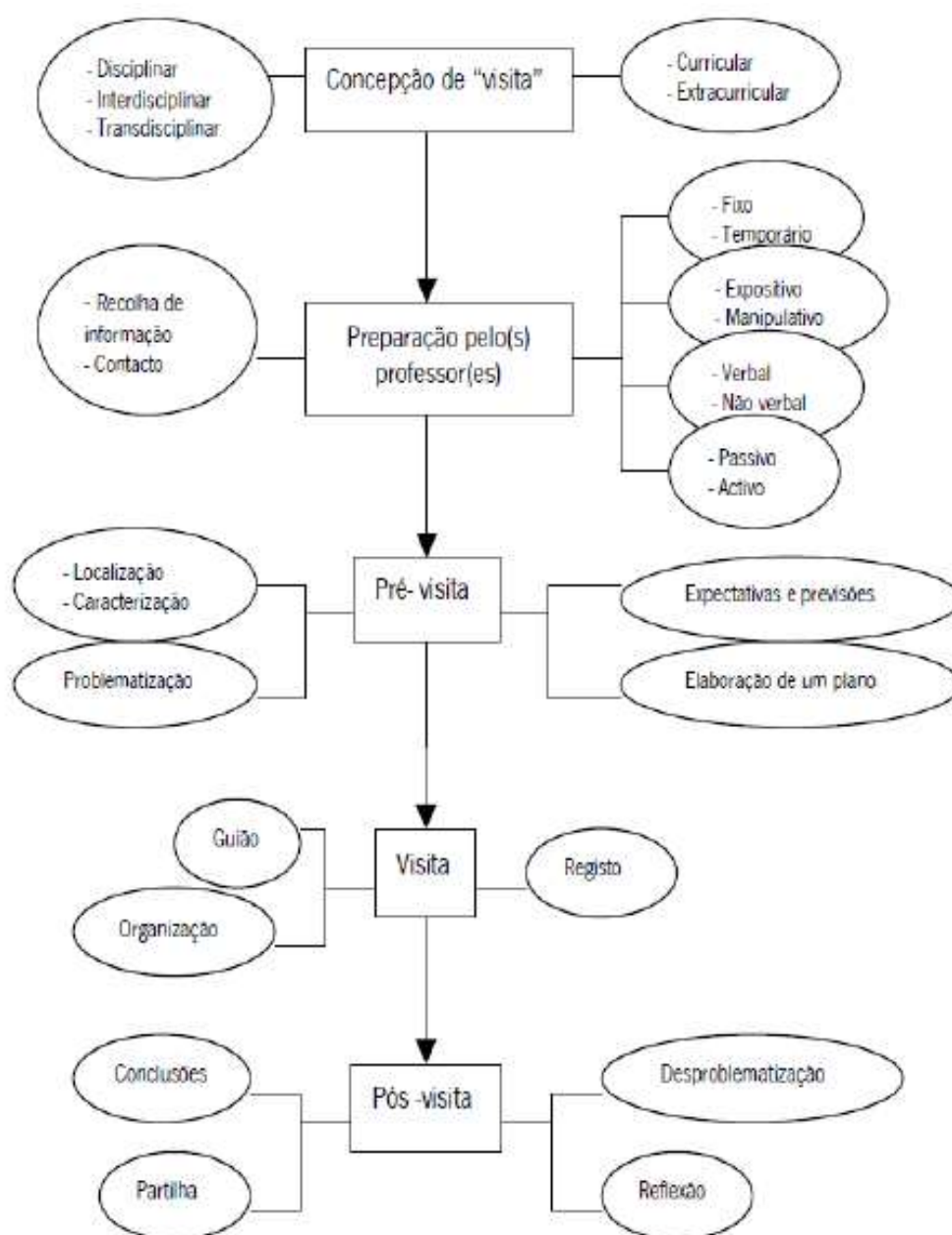


Figura 2- Esquema conceptual das etapas na organização de visitas de estudo

Conforme a figura 2, na etapa da conceptualização, somos orientados para uma reflexão sobre a complexidade em definir visitas de estudo. O facto de poderem ser no âmbito disciplinar, transdisciplinar ou interdisciplinar, compreende-se que pode sugerir vários tipos de visitas de estudo, as quais podem, inclusive, serem curriculares ou extracurriculares. Contudo, mais à frente, veremos que a normalização jurídica em torno das visitas de estudo não questiona a sua aplicação extracurricular, mas sugere que as visitas de estudo assumam um carácter facultativo, sempre no período do tempo lectivo.

Assim, o esquema conceptual apresentado por Freitas (2000), bem como a interpretação sugerida por Almeida (1998), inspiram à significação de visita de estudo como uma atividade exploratória, de observação, com objectivos educacionais. Segundo Almeida (1998), a visita de estudo assume um carácter prático educativo onde:

“(…) Para Krepel (citado por Rudman, 1994) uma visita de estudo é uma viagem organizada pela escola e levada a cabo com objectivos educacionais, na qual os alunos podem observar e estudar os objectos de estudo no seus locais funcionais. Brehm (1969) tem implícita, na sua definição, a ideia de que esta viagem organizada pela escola não tem obrigatoriamente de se realizar a um local distante, pois pode visitar-se o meio envolvente à escola, fazendo ainda este investigador a distinção entre actividades fora do recinto escolar e actividades dentro do recinto.”  
(p.51)

Segundo Oliveira (2008), também existem outras designações para visitas de estudo, nomeadamente, visitas de campo, saídas pedagógicas, saída de campo, trabalho de campo, prático ou laboratorial. Contudo, estes sinónimos são aplicados em contextos com especificidades diferentes. Isto é, dependendo da área disciplinar e do contexto e circunstância escolar em que ocorre a visita de estudo.

Por sua vez, também os termos referidos conduziram a uma reflexão sobre a necessidade de criar um esquema que represente os tipos de visitas de estudo, mas mantendo o foco na pesquisa documental sobre a definição do conceito em estudo, isto é, das visitas de estudo. Assim, conforme a figura 3, consideramos a seguinte descendência:

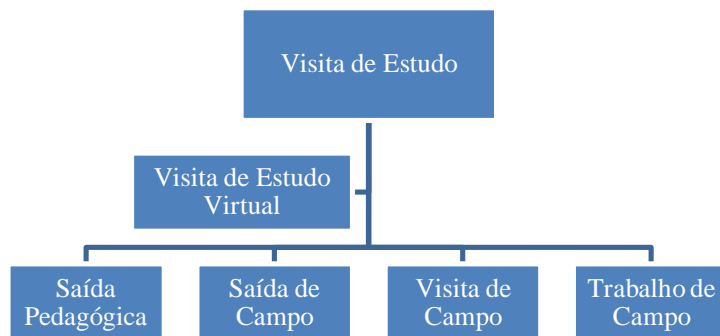


Figura 3 - Tipos de visitas de estudo

Entendemos que a referência à função das visitas de estudo também contribui para a interpretação da sua conceptualização. Desta forma, conforme em Oliveira (2012), encontramos a seguinte interpretação sobre a função das visitas de estudo:

“ (...) Às visitas de estudo, no contexto do ensino básico e secundário, está associada uma função pedagógica generalista e abrangente, em termos curriculares e disciplinares. (...) Do ponto de vista didático, as visitas de estudo potenciam a assimilação dos conhecimentos pois, podem ser um momento de concretização do saber teórico e abstrato da sala de aula, por via do acesso direto e planificado a conteúdos de aprendizagem, aproveitando as potencialidades pedagógicas do meio. Assumem-se, ainda, como situações educativas em que a utilidade do saber científico é demonstrada, recorrendo-se a exemplos concretos, que proporcionam uma aprendizagem significativa, através da interligação que se estabelece entre a teoria e a prática.” (pp.1681-1682)

Similarmente, segundo Afonso (1999), citado por Dionísio (2001), a função das visitas de estudo é interligar a “síntese à análise, da babel da teoria [descer] à prática, [estudar] a natureza na própria natureza, e a abstracção das ideias encerradas nos livros [concretizar-se] nas oficinas, nos laboratórios, nos museus, na visão real dos objectos” (p.311). Estas leituras confirmam que as visitas de estudo apresentam uma função específica no processo de ensino e aprendizagem. Por outro lado, segundo Freitas (2000), Dionísio (2001) e Oliveira (2012), compreendemos que numa tentativa de conceptualização de visitas de estudo somos transportados para os tipos e função de visitas de estudo. Contudo, e ainda assim, fica por definir um conceito base para o termo visitas de estudo.

Segundo Monteiro (1995), a função das visitas de estudo vai “para além da aquisição de conhecimentos, porque as visitas de estudo possibilitam o desenvolvimento de várias competências e capacidades: a aquisição e aplicação de técnicas de pesquisa, recolha e tratamento de informação; o desenvolvimento de capacidades de observação e organização do trabalho, bem como a elaboração de sínteses e relatórios.” (p.190). Esta leitura conduz à ideia de que a realização de visitas de estudo pode também conferir competências, de interesse interdisciplinar, ao nível de métodos de estudo e organização e transmissão dos conteúdos escolares assimilados.

Já seguindo uma leitura jurídica e normativa, verificamos na emissão do Despacho n.º 28/ME/91 a intenção de regulamentar os programas de gemação, intercâmbio escolar e visitas de estudo ao estrangeiro, em especial a países membros da comunidade europeia. No Despacho n.º 28/ME/91 é ainda subdelegado às antigas direcções regionais de educação a competência para autorizar as visitas de estudo de alunos do ensino básico e secundário ao estrangeiro.

Desta forma, as direcções regionais emitem, em ofício-circular, não só o esclarecimento sobre as visitas de estudo ao estrangeiro, mas também as orientações relativas à organização e contextualização das visitas de estudo em território nacional. São estes ofícios-circular que ainda hoje orientam a construção dos regulamentos internos das visitas de estudo produzidos pelas escolas.

Examinando o ofício-circular n.º 21/04, emitida pela DREN, a visita de estudo é definida como:

“toda e qualquer actividade decorrente do projecto educativo de escola e enquadrável no âmbito do desenvolvimento dos projectos curriculares de escola/agrupamento e de turma, quando realizada fora do espaço físico da escola ou da sala de aula. Nesta acepção uma visita de estudo é sempre uma actividade curricular, intencionalmente planeada, servindo objectivos e conteúdos curriculares disciplinares ou não disciplinares, logo uma actividade lectiva, obrigatória para todos os alunos da turma ou para um conjunto de turmas para a qual foi estruturada.”

A definição de visitas de estudo em documentos normativos é de extrema relevância dado que as orientações nesta tipologia de documentos são a matriz para a interpretação e aplicação do conceito de visitas de estudo ao currículo e à prática

pedagógica. Da leitura aos vários ofícios-circular emitidos destacamos o ofício-circular n.º2/05, emitido pela DREL, e com a indicação de que as visitas de estudo são de carácter facultativo.

Parece existir uma permanente dificuldade em conceptualizar visitas de estudo. E que esta conceptualização institucionalize as visitas de estudo como estratégia pedagógica. Actualmente, consideramos que é uma evolução para a didáctica das visitas de estudo a recomendação de que todas as escolas devem apresentar um regulamento interno de visitas de estudo. Por outro lado, pela leitura de alguns regulamentos internos de visitas de estudo, também identificamos que permanece uma interpretação à medida do que as antigas direcções regionais de educação emitiram sobre o conceito e operacionalização das visitas de estudo. Conforme pode ser visto pelos anexos I, II e III, a definição é relativamente semelhante; contudo, a organização e operacionalização da visita de estudo difere de instituição para instituição.

Ao longo da pesquisa documental efectuada apenas em Oliveira (2008), Monteiro (1995) e Dionísio (2001) é que foi possível encontrar a referência a visitas de estudo enquanto estratégia. Segundo Estrela (1994, p.6), uma estratégia pedagógica é uma “organização de uma actuação dentro de um processo pedagógico bem definido, obedecendo a objectivos previamente determinados e tendo em consideração a caracterização da realidade a que se aplica e os recursos de que se dispõe”. Por outro lado, percorrendo Almeida (1998), Oliveira (2012) e Oliveira (2008), as visitas de estudo são uma atividade pedagógica inserida numa metodologia de trabalho que requer uma planificação e avaliação. Logo, conjugando as leituras, as visitas de estudo são uma atividade curricular, prática, altamente estruturada, lectiva e que será preparada e implementada de acordo com os recursos disponíveis.

## **2. As visitas de estudo e o currículo**

Em termos legais, seguindo o disposto na Lei de Bases do Sistema Educativo, n.º 46/86, de 14 de Outubro, artigos 7º, 8º e 9º, o sistema educacional deve garantir uma formação geral comum a todos os portugueses, capacitando os alunos de conhecimento escolar cultural, científico, tecnológico, humanístico, entre outros. Este conhecimento deve ser orientador para garantir a participação cívica e democrática na vida comunitária, o prosseguimento de estudos com sucesso ou, no caso do ensino secundário, o ingresso

na vida activa. Por sua vez, o currículo organiza e operacionaliza o intento de cada sistema educacional.

Segundo Delors (1996), as bases da educação, os seus quatro pilares, são: aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a viver juntos e aprender a ser. No universo escolar, através de que metodologias de ensino poderemos preparar os alunos para o “aprender a conhecer”? Na verdade, e voltando novamente a Delors (1996, p.18), “tendo em conta as rápidas alterações provocadas pelo progresso científico e as novas formas de atividade econômica e social, há que conciliar uma cultura geral suficientemente vasta, com a possibilidade de dominar, profundamente, um reduzido número de assuntos”. Eventualmente, as visitas de estudo poderão vir a ser a estratégia pedagógica que auxiliará na mediação entre as bases da educação apresentadas em Delors (1996) e o cumprimento do currículo.

Em Young (2002), encontramos a referência a um do *currículo do futuro* que “precisa tratar o conhecimento como elemento distinto e não redutível no processo histórico em que os indivíduos se esforçam para superar as circunstâncias nas quais se encontram” (p.77). Para esta investigação, e refletindo sobre o que pode ser um *currículo do futuro* teremos de considerar sobre as metodologias e respectivas estratégias pedagógicas a aplicar na actual preparação para o conhecimento e que pressupostos orientam a prática docente para o efeito. Por outro lado, reconsiderar a importância de a transmissão do conhecimento escolar assentar numa estreita ligação entre teoria e prática. Ainda segundo Young (2002), “novos conhecimentos e novos currículos são gerados quando pesquisadores ou alunos adquirem e desenvolvem o conhecimento e conceitos existentes de disciplinas e campos específicos a fim de entender ou transformar o mundo” (p.78). Mas poderão os alunos contribuir para a transformação do mundo apenas pela teoria? Possivelmente, para os alunos que, fora do ambiente escolar, lhes tenha sido conferido capital cultural, no estado incorporado. Mesmo recorrendo a metodologias activas e a estratégias práticas, como trabalhos de grupo ou o uso das novas tecnologias, o conhecimento escolar será adquirido de uma forma parcial. Como refere Pacheco (2014, p.18), “(...) a experiência é a única garantia de que o mundo da realidade social não será substituído por um mundo fictício, não existente, criado pelo observador científico”. Poderemos assim reconhecer o valor experiencial das visitas de estudo enquanto meio eficaz para ir ao encontro do conhecimento escolar?

Ao longo da leitura das orientações e programas e metas curriculares, do ensino básico, podemos encontrar reduzidas alusões à realização de visitas de estudo. As orientações metodológicas dos programas curriculares, das disciplinas da área humanística, tecnológica, científica ou cultural, quase sempre não sugerem directamente a prática de visitas de estudo.

Contudo, existem algumas excepções, e conforme o anexo IV - A, encontramos nas orientações curriculares e programa de História e Geografia de Portugal para o segundo ciclo do ensino básico, emitido pelo departamento de educação básica do ME, a leitura de que as visitas de estudo são uma técnica/actividade. No entanto, a abordagem às visitas de estudo sublinha um carácter facultativo, com uma posição sobre a didáctica da visita de estudo numa perspectiva mais museal que pedagógica. Ainda como exemplo, conforme o anexo IV – B, é apresentada uma proposta no manual de História do oitavo ano de escolaridade onde o estímulo à organização de visitas de estudo é abordado numa perspectiva didáctica. O currículo aponta para conceitos e conteúdos e a pedagogia para estratégias metodológicas. Ao observar os documentos orientadores e de apoio ao currículo há mesmo assim uma escassa sugestão às visitas de estudo. E quando existe está bem presente o seu carácter facultativo. De certa forma, pela posição assumida, são indirectamente reforçadas as condições para o distanciamento das visitas de estudo e a prática pedagógica.

Nas pesquisas efectuadas, e ainda recorrendo aos instrumentos de apoio à prática docente, existem incentivos às visitas de estudo através de projectos editoriais. Destaca-se para o efeito o projecto O Património<sup>1</sup>, desenvolvido pela editora Santillana e a Fundação Manuel António da Mota. O projecto surge “no âmbito do seu compromisso de investir na formação dos jovens, [e] assumem também a sua responsabilidade na educação para uma cidadania informada e consciente. Neste sentido, unimos esforços no desenvolvimento de um projeto que promove a educação patrimonial, para garantir a preservação de um bem reconhecidamente essencial para a sociedade — o seu património — e transmitir uma visão moderna, dinâmica e empreendedora do mesmo enquanto elemento de enriquecimento económico e social”<sup>2</sup>. Com uma missão definida, o professor aderente tem à sua disposição uma série de elementos pedagógicos, nomeadamente

---

<sup>1</sup> In <http://www.santillana.pt/?q=N//patrimonio>, consultado em 15 de Abril de 2016.

<sup>2</sup> In <http://www.santillana.pt/?q=N//patrimonio>, consultado em 15 de Abril de 2016.

guiões do professor, painéis para exposições, material didáctico e itinerários pedagógicos. Através destes elementos há um incentivo à exploração de um conjunto de temáticas. Estas temáticas podem ser escolhidas por diversas disciplinas e são de acesso gratuito, desde que a escola adopte os respectivos manuais. Alguns destes elementos encontram-se representados no anexo V. De entre estes elementos, destacamos os itinerários pedagógicos. Neste caso, o termo é sugerido como “visita didáctica a instituições ou locais representativos dos diferentes tipos de património”. Os itinerários pedagógicos são sugeridos pela entidade promotora do projecto e vão ao encontro dos guiões e materiais facultados aos professores. Desta forma, neste caso, os instrumentos facultados pela entidade promotora do projecto é que definem o planeamento e execução da visita de estudo. A avaliação da visita de estudo fica ao critério do professor.

Mais uma vez, tendo em conta o esquema apresentado na figura 2, apontamos para a necessidade de reflectir sobre o conceito de visita de estudo, a sua função e que tipos de visitas de estudo existem numa perspectiva da didáctica das visitas de estudo. Os exemplos práticos apresentados apoiam a realização de visitas de estudo, em contexto escolar, mas as orientações normativas, o currículo, e os respectivos programas, deixam em aberto a utilidade pedagógica das visitas de estudo.

### **3. As visitas de estudo, o currículo e a formação inicial de professores**

Mantendo o foco nas visitas de estudo, procurámos inquirir que desafios educativos têm vindo a ser propostos à formação inicial de professores. Com a entrada no “Processo de Bolonha” registou-se uma tendência para a uniformização geral do esqueleto curricular e um aumento da autonomia das instituições superiores no que concerne aos conteúdos efetivos das unidades curriculares. A análise que fizemos do currículo foi no sentido de averiguar como é que esta uniformização afecta a operacionalização pedagógica, na preparação da prática docente para as visitas de estudo. Daí questionámos: será que o facto de as visitas de estudo estarem pouco representadas no currículo influencia a sua sugestão como estratégia pedagógica na formação inicial de professores?

Em uma leitura breve verificamos que na estrutura do sistema de ensino é-nos apresentado vários níveis. Estes níveis de ensino, no caso do ensino básico, dividem-se em ciclos. E, em todos os níveis, são orientados por matrizes curriculares específicas que

comportam programas e metas curriculares. Sabemos que o ensino superior constitui o topo dos níveis do sistema de ensino e divide-se em três ciclos de estudos. No caso da formação inicial de professores é somente no segundo ciclo de estudos, através de um mestrado profissionalizante ou integrado, em ensino, que verificamos uma profunda leitura do currículo, seguindo uma visão pedagógica e didáctica dos conteúdos, apurada para o exercício da profissão docente. Sendo que concluem o ciclo com um estágio pedagógico.

Pode ser lido na LBSE, no seu artigo 30º, capítulo IV, intitulado de *Recursos Humanos*, que a formação de educadores e professores assenta num conjunto de princípios, de entre os quais salientamos:

“ a) Formação inicial de nível superior, proporcionando aos educadores e professores de todos os níveis de ensino a informação, métodos e as técnicas científicos e pedagógicos de base, bem como a formação pessoal e social adequadas ao exercício da função; [...] d) Formação integrada quer no plano da preparação científico-pedagógica quer no da articulação teórica-prática; e) formação assente em práticas metodológicas afins das que o educador e o professor vierem a utilizar na prática pedagógica; [...] g) formação que favoreça e estimule a inovação e a investigação, nomeadamente em relação com a actividade educativa;” (p.3075).

Visto que é um documento normativo que remonta a 1986, sublinhamos que, actualmente, ainda se assumem como basilares e inspiram as reformulações que se seguiram para a formação inicial de professores. Embora o processo de Bolonha proponha uma uniformização no esqueleto da organização curricular, a tendência é procurar novas respostas para os desafios da prática pedagógica no ensino básico. Partindo de Lopo (2015), compreendemos que:

“na formação inicial de professores, a “necessidade de remodelar” (Mouraz, Leite, & Fernandes, 2012, p.192) imposta em Portugal pela criação de um espaço europeu de educação que desse “solidez à (...) dimensão intelectual, cultural, social, científica e tecnológica” de uma “Europa mais completa e alargada” (Declaração de Bolonha, 1999, p.1) veio, na verdade, colocar “novos desafios às instituições formadoras e (...) exigiu alterações na qualificação dos professores”

(Mouraz Arquivos Analíticos de Políticas Educativas Vol. 24, No. 7 3 et al., 2012, p.192)” (p.2).

E é neste ambiente de reformulação que, ainda seguindo Lopo (2015), citando Musset (2010), é sugerido que a selecção do conhecimento a transmitir na formação inicial de professores, e respectivas matrizes, incluam “a preparação nas matérias de ensino (conhecimento científico), as técnicas de ensino (conhecimento pedagógico) e a experiência prática de ensino quanto às matrizes curriculares) e, ainda, [...] conteúdos articulados às ciências cognitivas” (p.4). Desta leitura compreendemos que o currículo, pedagogia e didáctica são basilares para a prática docente e emergem para uma articulação que seja compreendida por uma relação transsistémica.

Tendo em conta a nossa pergunta inicial, torna-se importante distinguir currículo de pedagogia. Encontramos em Young (2007) uma visão que nos parece pertinente para a presente investigação. Isto porque reflecte sobre a necessidade de diferenciação do conhecimento, quer no currículo, quer na prática pedagógica. É proposto, em Young (2007), uma abordagem à escola enquanto “instituições com o propósito específico de promover a aquisição do conhecimento” (p.1288), sendo que, acrescentamos ser fundamental não desvirtuar este propósito. Denota ainda que “para muitos pesquisadores educacionais, uma ênfase no conhecimento mascara o ponto até o qual os detentores do poder definem o que conta como conhecimento” (p.1289). Seguindo ainda Young (2011, p.612), é fundamental que “currículo e pedagogia, (...) [sejam] vistos como conceitualmente distintos”. Esta necessidade de distinguir currículo de pedagogia “referem-se às responsabilidades distintas de formuladores de currículo e de professores, e cada um depende do outro”. Se assim não acontecer permanecerá a instrumentalização do currículo como forma de defesa de um conhecimento tácito (implícito) que, por sua vez, tornará o processo pedagógico, levado a cabo pelos professores, orientado para um currículo tradicionalista baseado em disciplinas que não diferenciam conhecimento especializado de conhecimento escolar, nem conhecimento explícito de conhecimento implícito.

O conhecimento explícito gera capacidades, ao passo que conhecimento implícito promove e perpetua as habilidades dos estudantes. No entanto, em Young (2011), é referido que sabendo que “os professores não podem, eles próprios, criar um currículo, mas precisam dele para guiá-los no que devem ensinar, os formuladores de currículos

apenas podem estipular os conceitos importantes aos quais os alunos precisam ter acesso [; por outro lado,] os formuladores de currículo contam com os professores para motivar os estudantes e transformar esses conceitos em uma realidade para os alunos” (pp.612-613). Posto isto, coloca-se à consideração de como estão a ser preparados os futuros professores para a organização de visitas de estudo enquanto estratégia pedagógica para a aquisição de conhecimento. Com efeito, por um lado, na sua formação, são conduzidos à luz da pedagogia e didáctica. Por outro, no terreno, são conduzidos a um currículo que exige resultados para o sucesso, mas que não tem em conta as condições naturais e cognitivas no processo de ensino e aprendizagem. Uma resposta que só a pedagogia pode apresentar e só após a análise de cada realidade escolar.

Segundo Nóvoa (2011, p.13), “estamos a assistir, nos últimos anos, a um regresso dos professores à ribalta, depois de quase quarenta anos de relativa invisibilidade”. No início do presente século, os professores reaparecem assim como mediadores que despertam o interesse para a aprendizagem, recorrendo a métodos que ponderam os desafios da interculturalidade e integram as novas tecnologias nas suas práticas pedagógicas. Está relançado o conceito de “professor reflexivo e de uma formação de professores baseada na investigação”, a importância das “culturas colaborativas” e as “novas competências dos professores do século XXI”. Contudo, não retirando a importância que esta panóplia de orientações e sugestões possa estar a contribuir para a valorização social, teórica e prática, da profissão docente, mas também para o reforço do prestígio dos formadores de professores e dos investigadores em educação, paradoxalmente, “provocou também controlos estatais e científicos mais apertados, conduzindo assim a uma desvalorização das suas competências próprias e da sua autonomia profissional”. Desta forma, “temos um discurso coerente, em muitos aspectos consensual: estamos de acordo quanto ao que é preciso fazer, mas raramente temos conseguido fazer aquilo que dizemos que é preciso fazer” (idem).

Os desafios propostos por Nóvoa (2011), de certa forma, consideramos nós que vão ao encontro de Young (2011, p.613), quando este último autor afirma que “não é exagero sugerir que o currículo em si está tornando-se cada vez mais uma forma de prestar contas em vez de ser um guia para professores”. O currículo deve estar “aberto ao debate democrático”, mas também parte de uma “finalidade própria – o desenvolvimento intelectual dos estudantes [e] deve ser tratado como um meio para motivar estudantes ou para solucionar problemas sociais” (Young, 2011, p.614).

Em Young (2007), “o currículo tem que levar em consideração o conhecimento local e cotidiano que os alunos trazem para a escola, mas esse conhecimento nunca poderá ser uma base para o currículo” (p.1299). Pois, “são os professores com sua pedagogia, e não os formuladores de currículos, que se servem do cotidiano dos alunos para ajudá-los a se engajarem com os conceitos definidos no currículo e perceberem sua relevância. (Young, 2011, p.614). Em Nóvoa<sup>3</sup> (2010), a profissão docente depara-se então com uma “inflação discursiva” motivada pela “expansão sem precedentes da comunidade da formação de professores”, os inúmeros pareceres dos “especialistas internacionais” e pela “indústria do ensino (...) acompanhados agora pela panóplia de tecnologias educativas” que apenas conduzirá a uma “pobreza de práticas se não tivermos políticas que reforcem os professores” (p.3).

Estão identificados os desafios e apontados alguns pontos de transformação. Não será tarefa fácil ou imediata. Contudo, este momento de transição e reflexão abre caminho empírico para a ponderação de estratégias pedagógicas que consigam articular as várias competências sugeridas pelo currículo e as exigências da sociedade do conhecimento. Poderão ser as visitas de estudo?

#### **4. A escola, os agentes da sociedade e as visitas de estudo**

Pode ser lido no decreto-lei n.º 72/2015, de 11 de maio, que “O Decreto –Lei n.º 7/2003, de 15 de janeiro, alterado pelas Leis n.º 41/2003, de 22 de agosto, e 6/2012, de 10 de fevereiro, regulamentou os conselhos municipais de educação e aprovou o processo de elaboração de carta educativa, transferindo competências para as autarquias locais”. No artigo 2º do Decreto-Lei n.º 7/2003, de 15 de janeiro, a antiga Carta Escolar passa a denominar-se de Carta Educativa e o Conselho Local de Educação de Conselho Municipal de Educação (CME). As competências do CME, segundo o artigo 4º, actua nos seguintes âmbitos:

“b) Acompanhamento do processo de elaboração e de actualização da carta educativa, a qual deve resultar de estreita colaboração entre os órgãos municipais e os serviços do Ministério da Educação, com vista a, assegurando a salvaguarda

---

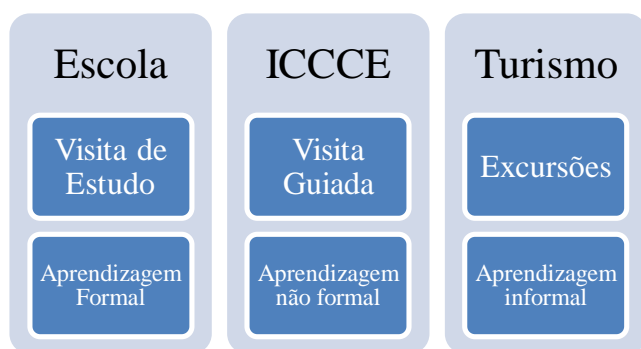
<sup>3</sup> In [http://www.dgae.mec.pt/c/document\\_library/get\\_file?p\\_l\\_id=15446&folderId=93067&name=DLFE-2408.pdf](http://www.dgae.mec.pt/c/document_library/get_file?p_l_id=15446&folderId=93067&name=DLFE-2408.pdf), consultado a 13 de Março de 2016.

das necessidades de oferta educativa do concelho, garantir o adequado ordenamento da rede educativa nacional e municipal; d) Apreciação dos projetos educativos a desenvolver no município e da respetiva articulação com o Plano Estratégico Educativo Municipal;” e acrescentando a alínea; f) Medidas de desenvolvimento educativo, no âmbito (...) da organização de actividades de complemento curricular, (...) do desenvolvimento do desporto escolar, bem como do apoio a iniciativas relevantes de carácter cultural, artístico, desportivo, de preservação do ambiente e de educação para a cidadania; (...) i) Participação no processo de elaboração e de actualização do Plano Estratégico Educativo Municipal.”.

A descentralização de poderes anteriormente atribuídos ao poder central e a atribuição de poderes aos municípios promove uma nova dinâmica na relação escola e município. Mas à escola também é dada autonomia e poder quando passa a ter um papel activo na gestão e administração do CME, visto que, no decreto-lei n.º 72/2015, de 11 de maio, pode ser lido que “desde logo, passa a estar assegurada a participação no conselho municipal de educação de todos os diretores dos agrupamentos de escola ou escolas não agrupadas”. Novas definições que salvaguardam a instituição escolar. Na prática, escolas e municípios passam a ver a sua relação de parceria educativa e social, em parte, juridicamente normalizada. Por outro lado, também os municípios têm a seu cargo a missão de promover oportunidades de acesso ao enriquecimento da literacia cultural da comunidade envolvente.

Tomando em conta que os hábitos culturais estão, muitas vezes, associados a uma cultura do lazer e da diversão e que “há uma tendência para os jovens – e todos os que possuem um capital escolar moderno, recentemente adquirido e fora das lógicas de herança intergeracional – em aderirem francamente menos ao «pólo clássico» e «patrimonial» das obras e da produção cultural” (Lopes, 2007, p.53), torna-se urgente promover a literacia cultural em contexto formal. Em conformidade, sempre que possível, pedindo aos serviços educativos que na sua programação considerem e colaborem com o sistema educativo ou a escola, numa base de relação interdisciplinar, síncrona ou assíncrona. O que já acontece quando encontramos serviços educativos que produzem materiais didácticos destinados aos professores e alunos ou com propostas de exposições e actividades, exclusivamente, direccionadas ao público escolar. Numa passagem pela leitura da proposta de Silva (2011), onde espelha a dimensão educativa do museu e

descreve as práticas educativas promovidas pelos serviços educativos, somos novamente conduzidos a reflectir sobre o que são visitas de estudo. Nesta leitura existe também o apelo à urgência em definir campos de actuação que possam conduzir a uma efectiva relação interdisciplinar. É neste sentido que somos reconduzidos a reflectir sobre um dos posicionamentos teóricos da presente investigação, isto é, a didáctica das visitas de estudo, através do esquema que apresentamos na figura 4:



*Figura 4 - Posicionamento teórico da conceptualização de visitas de estudo*

Também este tipo de visitas pode complementar-se numa relação transdisciplinar e numa visão de aprendizagem ao longo da vida. Por exemplo, Carneiro (2001) diz-nos que “o importante será que o aprender se faça com a vida, sem subordinação do espaço ou do tempo à condição variável instrumental da aprendizagem, mas fazendo dos espaços e dos tempos da vida inteira, oportunidades significantes na construção de harmonia e de sabedoria.” (p.29). Logo, quaisquer umas destas aprendizagens acontecem em contextos diferentes e em nenhum sentido colidem ou podem substituir-se.

Conforme os vários regulamentos de visitas de estudo estudados (anexo I, II e III), há unanimidade quanto às fases de concretização de uma visita de estudo em aprendizagem formal, são elas: o planeamento, a execução e a avaliação. Estas posições são também defendidas por Monteiro (1995) e Mouro (1987) e adaptadas à organização escolar actual.

No planeamento, é defendido uma preparação cuidada, considerando os seguintes aspectos: o Plano Anual de Actividades (PAA), o Projecto Educativo de Escola/Agrupamento (PEE e PEA) e o Projecto Curricular de Escola (PCE); a definição dos objectivos gerais e específicos; a formalização do pedido ao conselho competente; conhecimento prévio do local a visitar e deferimento do pedido; agendamento da hora e data e meios de transporte disponíveis; auscultação aos encarregados de educação;

orçamento da actividade; preparação de um dossier-guião onde conste as informações básicas; a preparação, adaptação ou recurso a um guião ou fichas-guia, a facultar durante a visita; e comunicação e preparação dos alunos.

Na execução, dependendo do que foi planeado como objectivos curriculares e pedagógicos a atingir, também as visitas de estudo podem assumir características específicas. Isto é, se é uma visita de estudo guiada (com o guia da instituição de acolhimento), visita de estudo dirigida (pelo professor e de carácter expositivo) ou visitas de estudo de descoberta. A dinâmica a seguir irá depender da condução dada à visita de estudo. Mas é importante reservar alguns minutos de pausa para o convívio; tal como na escola existem os intervalos, as visitas de estudo devem contemplar momentos de interrupção para uma comunicação informal.

Na avaliação, é sugerido o momento da avaliação dos conhecimentos adquiridos pelos alunos e onde podem ser realizadas várias actividades recorrendo, ou não, às novas tecnologias, individualmente ou em grupo, elaborando relatórios, publicações à escola, exposições, entre outras actividades. A avaliação integra um instrumento de avaliação formativa ao aluno e deve ser também avaliada pelo próprio. Outro momento é a avaliação de resultados, criando a oportunidade para rever processos e aprimorar reflexões críticas da prática em si. Segundo Monteiro (1995), “a avaliação dos resultados é uma etapa importante em qualquer acto pedagógico. Deverá ser feita uma avaliação colectiva de todo o processo, identificando-se os aspectos positivos e negativos. É a análise crítica do trabalho de organização e concretização da visita que possibilitará a introdução de alterações em experiências futuras” (p.194).

Mantendo o foco nas visitas de estudo, recorreremos a dois exemplos de uma relação possível entre escola, municípios e ICCCE, o projecto Turismo Industrial de São João da Madeira e a criação da imagem do Professor Representante do Museu na Escola pelo Museu Carlos Machado.

O projecto Turismo Industrial de São João da Madeira tem como missão “a projecção nacional e internacional do município de S. João da Madeira e consolidação e promoção da sua dimensão turística ligada à indústria, potenciando o desenvolvimento económico e social, a bem da qualidade de vida dos cidadãos. Emerge em S. João da Madeira uma dimensão turística consistente, baseada na indústria tradicional, passada e presente, e nas novas indústrias tecnológicas e criativas. O Turismo Industrial afirma-se

como um produto turístico de elevado valor económico, cultural e lúdico, através do qual os turistas conhecem empresas em atividade, revivem atividades de outros tempos, e visitam espaços museológicos e museus, de onde se destaca o Museu da Chapelaria”<sup>4</sup>. Esta iniciativa dedicou um espaço reservado ao público escolar e foram criados serviços educativos nas empresas associadas ao projecto.

No ano lectivo 2007-2008, o serviço educativo do Museu Carlos Machado<sup>5</sup> criou a imagem do Professor Representante do Museu em cada uma das Escolas sedes de agrupamento de escolas de S. Miguel. O principal objectivo foi fortalecer a ligação entre o Museu e as Escolas, e assim potenciar os seus recursos pedagógicos junto da população escolar. Pretende-se que o Professor Representante do Museu na Escola seja o elo privilegiado entre o Museu e a Escola divulgando os eventos do museu e respectivas actividades educativas (visitas orientadas, ateliers, jogos educativos, conferências, cursos, encontros, entre outras). Este professor é também o principal divulgador em projectos a desenvolver entre o Museu e a Escola.

Recentemente, em 2014, pelo despacho n.º 14421/2014, entre outras considerações relevantes, foi considerado que “a Educação e a Cultura são indispensáveis para a qualificação dos cidadãos e para o exercício de uma cidadania plena e para todos; [...] que o Quadro Estratégico Europeu 2014-2020 tem por objetivos a convergência entre os países da União Europeia através de um crescimento inclusivo e sustentável; [...] o cumprimento dos imperativos constitucionais de democratizar o acesso dos cidadãos à educação e cultura, entendido como uma estratégia para o desenvolvimento das qualificações dos cidadãos, através de uma aprendizagem ao longo da vida, e com o objetivo de promover a valorização das experiências culturais, revela-se determinante a criação da Estratégia Nacional para a Educação e Cultura (ENEC) (...)”.

Desta iniciativa resultou a criação do Grupo de Projeto para a ENEC com a seguinte missão: efetuar a caracterização da atividade e colaborações existentes entre entidades na tutela dos membros do Governo responsáveis pelas áreas da educação e da

---

<sup>4</sup> In <http://turismoindustrial.cm-sjm.pt/contents/view/17>, consultado a 22 de março de 2016.

<sup>5</sup> In <http://museucarlosmachado.azores.gov.pt/servicos/museuescola.aspx>, consultado a 5 de Março de 2016.

cultura e promover o melhor aproveitamento e desenvolvimento das mesmas. De entre as várias competências delegadas ao grupo de trabalho sublinhamos:

“b) Elaborar uma proposta de protocolo, com vista à implementação de um «sistema de experiência cultural», incluindo a avaliação dos programas conjuntos existentes, bem como a avaliação e proposta de articulação entre as diversas entidades da tutela dos membros do Governo responsáveis pelas áreas da educação e da cultura, e submeter às respetivas tutelas a aprovação orçamental de quaisquer encargos que decorram da sua atividade ou das suas propostas; c) Desenvolver e colocar em funcionamento uma plataforma digital e preparar o início da ENEC, incluindo os aspetos relativos à comunicação e concretização das ações preparatórias em todo o território nacional, (...)”.

Deste contexto resultou o Portal das Experiências Culturais, um espaço *online* onde é possível a leitura dos objectivos do projecto, as parcerias governamentais, as entidades culturais parceiras, a formação e eventos disponíveis e dedicados à educação e cultura, os contextos e actividades destinadas às instituições culturais e as actividades dedicadas às escolas, sempre numa perspectiva de mediação educativa e cultural. Para as escolas, destacamos na presente investigação, a possibilidade de criação de um registo biográfico cultural do aluno. Uma iniciativa que vem reforçar, na perspectiva do aluno, a necessidade urgente de realizar uma ponte sustentável e estruturada entre educação e cultura e cultura e educação.

As ICCCE são espaços privilegiados de comunicação, com recurso a diferentes métodos e estratégias, tendo em comum objetivos educativos a atingir ou a assistir. Quando analisamos a complementaridade entre estas instituições, escolas e ICCCE, poderemos também reflectir sobre a existência de uma relação interdisciplinar entre as práticas educativas e as práticas culturais e científicas.

## **5. As visitas de estudo, equidade escolar e sociedade do conhecimento**

Na primeira metade do século XX, a visão mundial predominante sobre a educação atribuía à escolarização o papel central na construção de uma nova sociedade, justa, aberta e democrática na qual o acesso à escola pública e gratuita garantiria a igualdade de oportunidades. A escola tornou-se um ambiente favorável, na forma de

contributo, para o desenvolvimento económico quando, logo após a segunda grande guerra mundial, segundo Seabra (2009), a escola assumiu uma “concepção meritocrática da igualdade de oportunidades (...) com o desígnio de a escola proporcionar a identificação dos talentos necessários à reconstrução e à expansão económica. Esta procura da reserva de talentos, acompanhada das teorias do capital humano, que atingiram o seu expoente máximo também neste período, veio reforçar a ideia do papel redentor que a escola podia ter na mudança societal” (p.76). No entanto, em Portugal, o sentido aqui atribuído ao processo de escolarização só aconteceu no final da década de setenta e início da década de oitenta. Até então, o acesso à escola, como hoje a conhecemos, era um privilégio das classes sociais economicamente abastadas e bem posicionadas na sociedade. Actualmente, já assistimos à escola assente na ideia de uma escola de massas onde o sistema educativo é de livre acesso, tendo em vista uma maior igualdade social. Este sistema é oferecido, controlado e financiado pelo Estado. A escola de massas simboliza a democratização do ensino, a ideia de que a escola é de todos e para todos e, só assim, é possível criar uma sociedade racionalista e universalista, orientada para o progresso económico e social e para impulsionar a inovação. Uma posição que contribui para cimentar os princípios orientadores da sociedade de conhecimento. Recentemente, com o processo de Bolonha assistimos à efectiva globalização educativa, ou à internacionalização das escolas de massas e do conhecimento académico. Nesta situação, e inevitavelmente, quando o topo de uma organização estrutural de um sistema educativo é alterado há repercussões na base desse mesmo sistema de ensino. Embora as agências internacionais e de desenvolvimento possam realizar propostas que visam garantir um modelo educativo universalista e racionalista, quando assistimos à sua aplicação, muitas vezes, existe uma profunda desconexão com a realidade social e cultural.

No final do século XX, e início do século XXI, assistíamos à abstracção global e gradual no desenvolvimento de um currículo cada vez menos humanista. Com a ideia de uma crise global (económica, social e educativa) permanente, foram encontradas estratégias que progressivamente eliminaram as práticas educativas que acautelavam à educação escolar o papel de consciencialização de temas relativos à multiculturalidade e respeito pela diversidade e que garantiam a transmissão de conhecimento escolar associado às ciências sociais e humanas. Esta inconstância, num parecer empírico, encobre a promoção da selectividade educacional que acentua as desigualdades de acesso

ao conhecimento escolar valioso. Por outro lado, faz questionar se as visitas de estudo poderão ter sido uma das estratégias pedagógicas que foram desvalorizadas.

Entre 1964 e 1970, Bourdieu e Passeron, sociólogos promotores de uma abordagem culturalista, já desvendam a tendência para a selectividade educacional que elimina e marginaliza os alunos oriundos das classes populares, enquanto privilegia os alunos mais dotados de capital económico, cultural e social, contribuindo assim para a reprodução, de geração em geração, dos capitais acumulados. Esta teoria vem assim contrariar a convicção, até então, de que existia igualdade de oportunidades no sistema educativo. O termo capital foi utilizado pelos presentes sociólogos no estudo das desigualdades escolares como referência das vantagens culturais e sociais que os indivíduos ou famílias mobilizam e, por norma, os conduzem a um nível social e económico mais elevado. Embora o capital económico seja a fonte de todas as outras formas de capital, Bourdieu (1979) deixa claro que o capital social tende a ser transformado em capital económico ou em capital cultural.

Para a presente investigação, é pertinente abordar a definição de capital cultural apresentada por Bourdieu (1979), onde o capital cultural pode existir em três estados: incorporado, objectivado e institucionalizado. O capital cultural, no seu estado incorporado, é adquirido em contexto familiar e, por sua vez, também vai actuar de forma mais incisiva na definição do futuro escolar, uma vez que as referências culturais, os conhecimentos considerados apropriados e legítimos e o domínio, maior ou menor, da língua culta, adquirido no contexto familiar, facilitam o aprendizado dos conteúdos e dos códigos escolares, funcionando como uma ponte entre o o círculo familiar e o círculo escolar. No estado objectivado, o capital cultural existe na forma de bens culturais, tais como esculturas, pinturas, livros, etc. Para possuir os bens económicos na sua materialidade, é necessário ter simplesmente capital económico. No entanto, para apropriar-se simbolicamente desses bens é necessário possuir os instrumentos dessa apropriação e os códigos necessários para decifrá-los, ou seja, é necessário possuir capital cultural no estado incorporado. Por último, o capital cultural institucionalizado ocorre basicamente na forma de títulos escolares. Esta construção de capital cultural reforça a convicção do sociólogo quando afirma:

“É provavelmente por um efeito de inércia social que continuamos tomando o sistema escolar como um factor de mobilidade social, segundo a ideologia da

“escola libertadora”, quando, ao contrário, tudo tende a mostrar que ele é um dos factores mais eficazes de conservação social, pois fornece a aparência de legitimidade às desigualdades sociais, e sanciona a herança cultural e o dom social tratado como dom natural.” (Bourdieu, 1979, p.41)

Sintetizando, a partir dos anos setenta, estamos perante uma nova realidade mundial, no contexto da democratização do acesso à escola e do prolongamento da escolaridade obrigatória. O choque petrolífero, o desemprego juvenil e a falência das anteriores teses da igualdade de oportunidades criam as condições perfeitas para uma crise global e que também afecta os sistemas educativos e o conceito da escola de massas. Torna-se assim evidente o problema das desigualdades de escolarização entre os grupos sociais e a já mencionada selectividade educacional.

É neste contexto que, mais recentemente, são tomadas medidas numa nova perspectiva, deslocando as medidas para uma lógica de equidade. Como apontado por Seabra (2009):

“A distribuição de recursos deve ser diferenciada em função das necessidades também diferenciadas. Se, quando acedem à escola, os próprios alunos são portadores de diferentes condições de apreenderem o que a escola lhes proporciona, torna-se necessário dar mais aos que estão, à partida, menos munidos para responder às exigências escolares, de modo a igualar as condições de obtenção de resultados e estes serem dependentes exclusivamente do mérito de cada um” (p.78).

Torna-se imperativo rever o conceito de equidade escolar. A equidade escolar, como referido por Lemos (2013), e citado por Demeuse, Baye e Doherty (2007), é “a condição através da qual os indivíduos podem obter vantagens da educação e formação, em termos de oportunidades, acesso, frequência e resultados” (p.152). Proporcionar a equidade escolar assume-se como uma missão educativa das instituições intervenientes, e, conseqüentemente, uma prioridade das políticas públicas educativas.

Na verdade, o conceito de equidade escolar também tem sido interpretado de forma diferente e se, inicialmente, se traduzia na igualdade de acesso à frequência escolar, depois na igualdade de tratamento escolar ou de recursos, mais recentemente falamos de igualdade de resultados e competências. Em Lemos (2013), observamos uma evolução

exigente onde estas etapas necessitam de maturação temporal para abranger os vários níveis de ensino considerando três áreas de organização:

“(…) as condições de acesso e participação em cada nível educativo e em cada via ou percurso escolar; — a atribuição e alocação de recursos, como a distribuição de professores, do tempo de ensino ou do material pedagógico; — as condições de aprendizagem e o processo de ensino, incluindo os níveis de segregação ou inclusão na organização do acesso a cada escola e na constituição das turmas, o currículo e as práticas pedagógicas (…)” (p.154).

A partir deste momento, é pertinente abordar a necessidade de criar condições favoráveis, nos espaços escolares, no acesso às oportunidades escolares. Foram dados passos determinantes para aproximar a igualdade de oportunidades escolares ao usufruto equitativo do sistema escolar e, como apresentado por Seabra (2009, p.79), determinadas “estratégias são publicamente assumidas, como é o caso da livre escolha da escola, outras são mais subtis, como a pressão sobre os agentes escolares no sentido da constituição de turmas de nível e a preferência por horários com os professores mais qualificados, a coberto da conciliação com a frequência de actividades extra-escolares”.

No entanto, fica por explorar outras estratégias pedagógicas como as visitas de estudo. Nos últimos trinta anos, resultaram muitos estudos dedicados à questão dos sistemas educativos reduzirem ou ampliarem o efeito das desigualdades de oportunidades escolares, considerando classes sociais, raça e género. Mas, sobretudo, numa visão macro, o papel das políticas educativas na promoção de uma segregação social inconsciente. Esta segregação pode ser compreendida pela teoria sintética de Scarr (1993) na qual vinte pressupostos podem ser definidos sobre o papel do meio biológico, social e cultural, presumivelmente, contributivo para o desenvolvimento do potencial individual e biológico humano, em contexto grupal, e determinante para designar o que é *culturally acceptable, within the species-normal*.

A escola representa um dos pilares sociais, de carácter institucional, mediador e intermediário, hipoteticamente, na prevenção das desigualdades sociais. Não existindo a intenção declarada de transformar a escola num laboratório, mas reconhecendo que cada aluno transporta um potencial genético, único e mutável, sem classe social, deverá a escola ser dotada de condições, humanas e processuais, sem assumir o papel que compete à família, mas que potenciem um futuro capital social capaz de ser transformado em

capital económico e cultural, em próximas gerações. Neste sentido, destacamos duas das propostas de Scarr (1993):

“Culture defines the content of what is to be valued and acquired; biology provides the motivation and intelligence for learning it. Cultures define what is desirable to be learned, what is to be believed, and how to behave. Cultural diversity and genetic diversity coexist in the human species.”

“Given equal access to cultural knowledge and to other environmental opportunities for experience, genetic individual variation determines the many aspects of individual differences that are manifested in what is learned, when, and by whom. (...) Given limited access to cultural knowledge and to essential opportunities for experience, individual differences may reflect those differences in opportunities to learn.(...)” (p.1336).

Não obstante, no espaço criado para a forma de aquisição e criação do conhecimento, em ambiente escolar, é importante manter a abertura e coerência das estratégias e dinâmicas que, com qualidade e critério, na sua organização e implementação, continuam a garantir um dos objectivos finais: um conhecimento válido que garanta com êxito a inclusão social e cultural dos alunos. Com as visitas de estudo, poderemos criar um ambiente propício ao contacto com o capital cultural objectivado. Sendo que à escola e às instituições envolvidas cabe apoiarem a criação destas condições equitativas que permitam, através das visitas de estudo, a descodificação dos conceitos abstractos, através do contacto real com os objectos e temáticas em estudo.

### **Síntese do capítulo**

As considerações teóricas basearam-se na pesquisa normativa, documental e bibliográfica do que são e para que servem as visitas de estudo. Mas, paradoxalmente, também a problematizam. Por isso, procurámos ir ao encontro do motivo pelo qual os alunos não realizam mais visitas de estudo como forma de aquisição do conhecimento escolar e empoderamento face ao conhecimento especializado. Sobretudo quando em Young (2007) sugere que, em ambiente escolar, não interessa o acesso directo ao conhecimento especializado, mas sim a conceitos que promovam o desenvolvimento intelectual gradual do aluno, com base no conhecimento escolar, um conhecimento

explícito. Para desenvolver um pensamento abstracto (missão da escola), a capacidade de o apreender é fundamental e exige uma pré-preparação do pensamento abstracto que ocorre necessariamente na família. É aqui que a pedagogia adoptada pode compensar as várias lacunas que o meio social de origem não consegue promover, evitando que se espelhe a ausência dos capitais linguísticos, cognitivos e de abstracção nos resultados escolares. Mesmo considerando uma inteligência inata e independente da origem social dos alunos, é importante centrar a pedagogia em ideais humanistas. Se o currículo deve assentar em ideais universalistas, então a pedagogia deve assentar em ideais humanistas. A igualdade de oportunidades escolares, no acesso ao conhecimento, pode ser atingida com um currículo com os pressupostos indicados por Young (2007), mas os recursos e processos, próprios do sistema escolar, devem ser acompanhados por uma pedagogia humanista, capaz de interpretar as dimensões do conhecimento e identificar o que é conhecimento escolar no currículo. Contudo, sendo as escolas dominadas por políticas educativas que seguem uma lógica de avaliação e comparação apertada, preocupada com resultados imediatos e pressões globais (desemprego, globalização, ...) continua tarefa difícil a escola acompanhar o currículo. O raciocínio a curto-prazo das políticas educativas não se coaduna com a missão a longo-prazo das escolas e da interpretação das dimensões do conhecimento. Não invalida que o conhecimento não “sirva” a economia através da escola, mas a sua missão ao serviço de um ensino tecnicista acentua as desigualdades de oportunidades escolares. Aqui seguimos a ideia do princípio prospectivo do currículo que autentica o conhecimento, neste caso à escala do conhecimento escolar, como um potencial valor acrescentado, socialmente útil. Um currículo sustentado na proposta de Young (2007) orienta para uma reflexão sobre os princípios distintivos entre pedagogia e currículo. O currículo, no âmbito escolar, o que promove o desenvolvimento intelectual através do conhecimento escolar, na relação pedagogia-curriculum deve assentar num princípio de prospectividade e assumir-se como um processo selectivo. À primeira vista pode parecer que “processo selectivo” seja pouco humanista. No entanto, referimo-nos num sentido individual, no processo cognitivo da aquisição de conhecimento, que se trata de um processo selectivo interno de cada indivíduo. A leitura que em pedagogia se faz do currículo deve proporcionar a transformação, e não a reprodução, mas também uma orientação dos estudantes para uma área, afinando e apurando a codificação, à medida que se evolui nos vários níveis de ensino e isso é proposto pelo currículo, com a pedagogia a determinar.

De acordo com o ponto n.º2, do artigo 73º, da Constituição da República Portuguesa: “O Estado promove a democracia da educação e as demais condições para que a educação, realizada através da escola e de outros meios formativos, contribua para a igualdade de oportunidade, a superação das desigualdades económicas, sociais e culturais, o desenvolvimento da personalidade e do espírito de tolerância, de compreensão mútua, de solidariedade e de responsabilidade, para o progresso social e para a participação democrática na vida colectiva”. O poder central e as políticas educativas têm assumido uma posição de normalização e orientação no acesso ao conhecimento. No entanto, a crescente descentralização de poderes confere um aumento na autonomia das instituições com uma dimensão educativa, bem como de potenciais relações interdisciplinares criando condições favoráveis à reflexão da prática pedagógica docente. Embora se siga um currículo, prevalece a pedagogia e a escolha das metodologias a adoptar face à realidade escolar.

Por outro lado, os desafios da sociedade do conhecimento conduzem-nos à reflexão da ideia do professor mediador do conhecimento escolar. Mas, também, de que forma as visitas de estudo podem fazer sentido enquanto estratégia pedagógica mediadora do conhecimento. Pode ler-se no relatório *Towards Knowledge Societies* (UNESCO:2005):

“The model, which teaches how to solve problems instead of offering ready-made solutions, confronts students with didactic situations in which there is an obstacle to be overcome. Problem-solving combines practical experimentation with theoretical knowledge in order to arouse the imagination and stimulate motivation. Such a technique is a promising source of inspiration for the design and production of educational computer tools, both in schools and in institutions offering education outside the formal education context.” (p.79)

Deliberadamente, optámos por não fazer referência a nenhum modelo pedagógico, mas apenas identificar as visitas de estudo como estratégia pedagógica de uma metodologia activa, em contexto formal.

No estudo empírico que se segue auscultámos os elementos intervenientes da comunidade educativa procurando dar continuidade à auscultação e colecta de dados referentes aos objectivos a que inicialmente nos propusemos.

## **II PARTE – ESTUDO EMPÍRICO**

### **Introdução**

A presente investigação seguirá uma proposta metodológica qualitativa, assumindo um carácter descritivo, na medida em que, segundo Bogdan e Bicklen (1994), “os dados recolhidos são em forma de palavras ou imagens” e “as abstracções são construídas à medida que os dados particulares que foram recolhidos se vão agrupando” (pp.47-51). Por outro lado, o cruzamento de dados da auscultação teórica e a apreensão de diferentes perspectivas dos participantes constroem um “significado vital” para a análise de dados.

Assim, na secção 1, apresentamos a justificação teórica, respectivas técnicas, e influências que o percurso investigativo foi assumindo. Para além da fundamentação teórica e da prática metodológica adoptada, também procurámos identificar os efeitos limitativos sentidos ao longo da secção de métodos.

Na secção 2 estão identificados, especificamente, os procedimentos aplicados no estudo empírico, respectivos instrumentos, participantes e a técnica de colecta de dados. Para além da identificação, são fundamentadas as escolhas em função dos objectivos específicos, referidos na Introdução.

Por fim, na secção 3, descrevemos a técnica de configuração da recolha de dados, isto é, a análise de conteúdos.

### **1. Metodologia**

As questões de partida que impulsinaram a definição do percurso investigativo foram: O que são as visitas de estudo?; Será que as visitas de estudo são uma estratégia pedagógica?; Podem as visitas de estudo conferir validade ao conhecimento escolar proposto no currículo? E como? E como questão central: Podem as visitas de estudo contribuir para a promoção de capital cultural, fundamental para afirmar a equidade escolar que o sistema de ensino pode promover e deve garantir?

A partir do momento em que as questões foram definidas e o plano de pesquisa tomou forma, seguiu-se uma lógica de avaliação que nos conduziu à investigação qualitativa.

Assim, a investigação relativa ao estudo empírico evoluiu, primeiramente, nos fundamentos apresentados na figura 5.

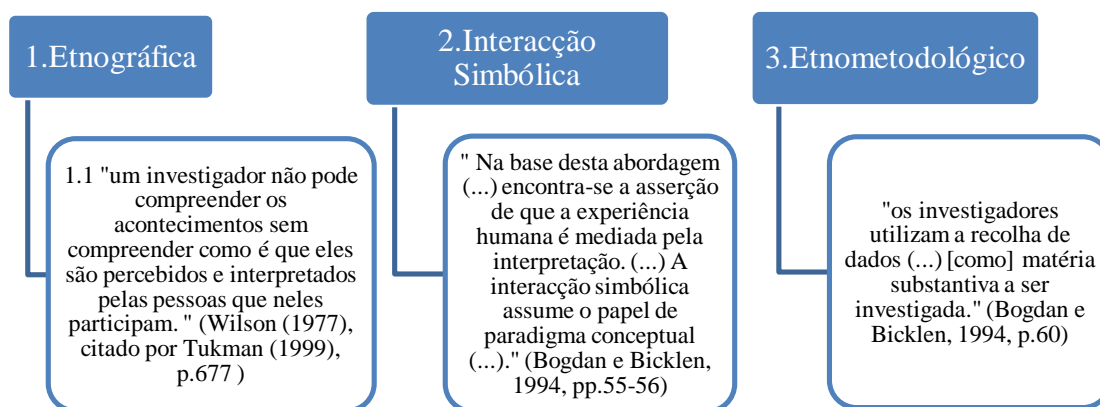


Figura 5 - Pressupostos teóricos de suporte à investigação qualitativa

Tomando em consideração as perspectivas teóricas e os pressupostos apresentados na figura 5, foi ficando claro que a investigação seria um processo consciencioso, em que o plano a seguir, no seu todo, seria flexível, progressivo e intuitivo. Isto porque, segundo Bogdan e Bicklen (1994), os objectivos gerais de uma investigação qualitativa, passam por considerar “conceitos sensíveis [e] descrevem realidades múltiplas” (pp.72-73), onde é pretendido desenvolver a reflexão teórica e a prática do paradigma conceptual que percorre raízes disciplinares diversas. E, por sua vez, confere às questões de partida uma perspectiva holística onde “o fenómeno global em estudo é compreendido como um sistema complexo que é mais do que a soma das suas partes (...)” (Patton, 1990, citado por Tuckman, 1999, p.678). Esta perspectiva holística surge, sobretudo, quando questionamos: “Podem as visitas de estudo contribuir para a promoção de capital cultural, fundamental para afirmar a equidade escolar que o sistema de ensino pode promover e deve garantir?”. Às restantes questões, reconhece-se uma dimensão dinâmica em que a “atenção [é] centrada no processo; [onde] o investigador assume que a mudança é constante” (idem).

Assim, seguindo a metodologia qualitativa, definimos como instrumento um questionário aberto. A escolha da técnica metodológica decorreu de duas perguntas decisivas. Que técnica metodológica poderá acompanhar os objectivos específicos a que nos propusemos no presente estudo empírico? A entrevista semiestruturada foi a primeira resposta. No entanto, seguiu-se outra questão: mas como auscultar os múltiplos informantes-chave, geograficamente dispersos e institucionalmente separados, num curto espaço de tempo? Daí o recurso a um questionário aberto através da investigação por *survey*.

Se, por um lado, os questionários “ajudam os investigadores a transformar em dados a informação directamente recolhida [dos] sujeitos da investigação”, também, são instrumentos que põem em evidência “o que está a decorrer em dado momento” (Tukman, 1999, p.432). E ainda, neste caso, dado o seu carácter aberto, os informantes-chave podem redigir, na íntegra e literalmente, a sua própria resposta. Assim, seguindo a lógica *survey*, e tendo como participantes os informantes-chave, optou-se por uma categorização específica, baseada em Bardin (1977), no guião do questionário, a categorização em *caixa* e para a justificação dos dados qualitativos a categorização em *milha*. Por sua vez, o termo *survey*, decorre das leituras efectuadas em Tukman (1999), em que é interpretado como “a procura de determinada informação que será depois analisada [num] sentido de processo” (p.60). Para tal, recorreu-se ao uso da internet e à aplicação Google Forms. A utilização deste tipo de aplicação informática possibilita a memorização e transferência dos dados, o que, segundo Amado (2013), é feito “de forma construtiva em relação ao trabalho já realizado” (p.320).

### **1.1. Limitações**

A investigação qualitativa, em educação, requer ao investigador a escolha de um *design* funcional e científico. A secção de métodos é o centro da proposta da pesquisa; neste sentido, são apresentadas as limitações que foram sendo identificadas.

A primeira limitação diz respeito aos efeitos de selecção. A segunda limitação é referente aos efeitos da instrumentação. E, por fim, a terceira limitação, concerne à instrumentação entre diferentes factores. As considerações, que se seguem, referem-se às propostas de tipos de efeitos apresentados por Chagas (2004), citado por Santos (2011, pp.69-70).

Os efeitos de selecção foram sentidos pela escolha dos participantes. Com efeito, recorremos a um conjunto de participantes que, na prática, traduzem-se na determinação de sete grupos de informantes-chave. O campo de actuação directo destes grupos, na sua maioria, é a educação, mas existem grupos onde o campo de actuação não é somente o educativo. No entanto, a sua consulta, por motivos normativos, foi imprescindível. Assim, o elevado número de grupos que tivemos que auscultar sobre as visitas de estudo, no sistema educativo português, produziu o efeito de selecção e ameaçou a validade interna do presente estudo.

Os efeitos do instrumento utilizado para auscultar os informantes-chave também foram sentidos ao longo do presente estudo. A escolha de um questionário aberto, recorrendo ao *survey*, revelou alguns constrangimentos. Foi feito um levantamento prévio e cuidadoso dos destinatários a quem enviar o questionário. Após a pesquisa, e consulta do contacto directo, quase sempre o pedido de participação foi enviado para a caixa de correio institucional do destinatário e não para uma caixa de correio geral ou pessoal. Contudo, o número de respostas obtidas foi reduzido, existindo uma representação, por grupo de informantes-chave, inferior ao esperado. Eventualmente, o motivo pode revelar que o acolhimento de questionários abertos seja uma técnica ainda pouco confortável para os respondentes. Por outro lado, nos últimos tempos, temos assistido a um elevado número de pedidos de respostas a questionários fechados. Este fenómeno, aliado ao facto de nos encontrarmos em fase de encerramento do ano-lectivo, exames e pré-preparação do próximo ano-lectivo, pode ter influenciado o número de respostas obtidas.

Inicialmente, o tema da dissertação seria “as visitas de estudo no sistema de ensino português”, sugerindo que os participantes seriam os informantes-chave pertencentes ao grupo de coordenação da formação inicial de professores de universidades públicas portuguesas. Esta escolha poderia ter atenuado os efeitos, mas não os eliminaria.

## **2. Procedimentos para a recolha de dados**

O percurso do estudo empírico foi organizado considerando actividades que foram acontecendo quase em simultâneo.

Assim, as várias atividades realizadas permitiram obter alguns resultados que foram posteriormente analisados e discutidos. Primeiramente, foi aplicado um questionário aberto, por *survey*, aos informantes-chave. A organização associada ao

questionário aberto passou por diversas fases, nomeadamente o planeamento, a recolha de dados, o acesso aos dados, a preparação dos dados e, finalmente, a análise dos mesmos.

Como já referido neste capítulo, o número de informantes-chave abrange uma comunidade educativa alargada e, ao seguir uma metodologia qualitativa, na impossibilidade de num curto espaço de tempo realizar entrevistas, optámos pelo questionário aberto, recorrendo ao *survey*. Determinado o instrumento procedeu-se à escolha do *software* mais adequado e que permitisse uma recolha de dados eficiente e viável. Encontrámos na aplicação Google Forms a ferramenta mais adequada. Por um lado, o *design* é acessível e o *backoffice* intuitivo e com uma programação compreensível. Para além disso, cumpriam os requisitos pretendidos quanto à gestão dos dados. Isto é, no que respeita à confidencialidade, memorização e transferência de dados.

Elaborado o guião do questionário, apresentado no anexo VI, o questionário foi testado em duas fases. A primeira fase através de uma simulação que pretendeu apurar a eficiência técnica do *software*. A segunda fase pretendeu apurar a interpretação do questionário. Para tal, foi solicitado a um grupo de cinco pessoas, de diferentes áreas científicas, nomeadamente da área da educação, para responder ao questionário aberto. Após a testagem, realizámos algumas alterações de foro gramatical, ortográfico e interpretativo. No aspecto interpretativo, onde existiram mais anotações foi na designação dos informantes-chave.

Após a testagem, o acesso aos dados foi obtido pela identificação, inquirição e criação de uma base de dados de contactos relativa aos participantes. Assim, foram escolhidos dez contactos de cada grupo dos informantes-chave. Os contactos (nome, instituição e endereço de correio electrónico) foram recolhidos para uma base dados criada em *excel*. Esta base de dados não é apresentada, em anexo, por uma posição deontológica. Existe o registo do pedido, mas, visto que os destinatários da maioria das respostas obtidas solicitou confidencialidade e anonimato, depreendemos que os destinatários que não responderam também o pretendessem. De seguida, seguiu-se a preparação da mensagem que continha o pedido de resposta ao questionário. Após a construção do texto, conforme o anexo VII, o pedido formal foi enviado para os destinatários, da base de dados previamente criada.

O resultado gráfico do questionário aberto realizado Google Forms, na versão final, é apresentado no anexo VIII.

Na preparação de dados e análise de dados recorreremos à categorização. A categorização é a passagem dos dados em bruto, neste caso qualitativos, para dados qualitativos. Os critérios definidos e pelos quais serão abordados são os aspectos iniciais que comandaram a definição dos objectivos específicos. Isto é, os aspectos conceptuais, organizacionais e operacionais que orientam a interpretação e realização das visitas de estudo no sistema educativo português.

Para a preparação dos dados, que se iniciou com a criação do guião e, recorrendo a Bardin (1977), optámos pela categorização em “caixas”. A categorização em “caixas” é um procedimento sem o fornecimento de nenhum sistema de categorias e que resulta da partilha análoga entre as questões de partida, que deram origem aos objectivos específicos, e as questões formuladas no questionário. Para análise dos dados qualitativos, obtidos no questionário, recorrendo igualmente a Bardin (1977), seleccionámos a categorização em *milha*. A categorização em *milha* é um procedimento com um título categorial definido no final da operação.

## **2.1. Instrumentos**

A estratégia de organização adoptada para o questionário aberto recebeu influências de recomendações encontradas em Estrela (1994) e utilizadas na construção de uma entrevista ao professor, na medida em que, segundo o referido autor, “pretende-se conhecer algo dos quadros conceptuais dos dados dessa informação, enquanto elementos constituintes desse processo” (p.342). Assim, os princípios orientadores na construção e apresentação do questionário aberto foram: prevenir dirigir o questionário e “esclarecer os quadros de referência utilizados” (idem) pelo investigador. Estes princípios estão presentes quando é indicado, no início da secção do questionário aberto, a seguinte frase: “Para além das questões de partida, poderá acrescentar qualquer informação que considere pertinente sobre o tema “As visitas de estudo no sistema educativo português””. Mas, também, quando é indicado, em nota da mesma secção, que “a resposta permite um máximo de 8000 caracteres. Tecnicamente, o questionário não apresenta qualquer obrigatoriedade mínima de caracteres.” Por outro lado, na formulação das questões foi necessário, seguindo Estrela (1994, p.342), “esclarecer os quadros de referência utilizados” pelo investigador, uma vez que cada questão engloba duas perguntas: uma primeira pergunta directa e uma outra com carácter aberto. Ambas, segundo Estrela

(1994), orientam para “a liberdade que se pretende dar ao [participante, mas que] não deverá ser incompatível com a necessidade de precisar os quadros de referência do [participante], levando-o a esclarecer conceitos e situações” (p.343).

Na construção do questionário aberto procurou-se estabelecer uma relação, neste caso escrita, com os participantes que, de acordo com Bogdan e Bicklen (1994), prezasse pela empatia, ênfase na confiança e neutralidade face ao tema.

Os objectivos específicos que conduziram à elaboração das questões são apresentados na figura 6.

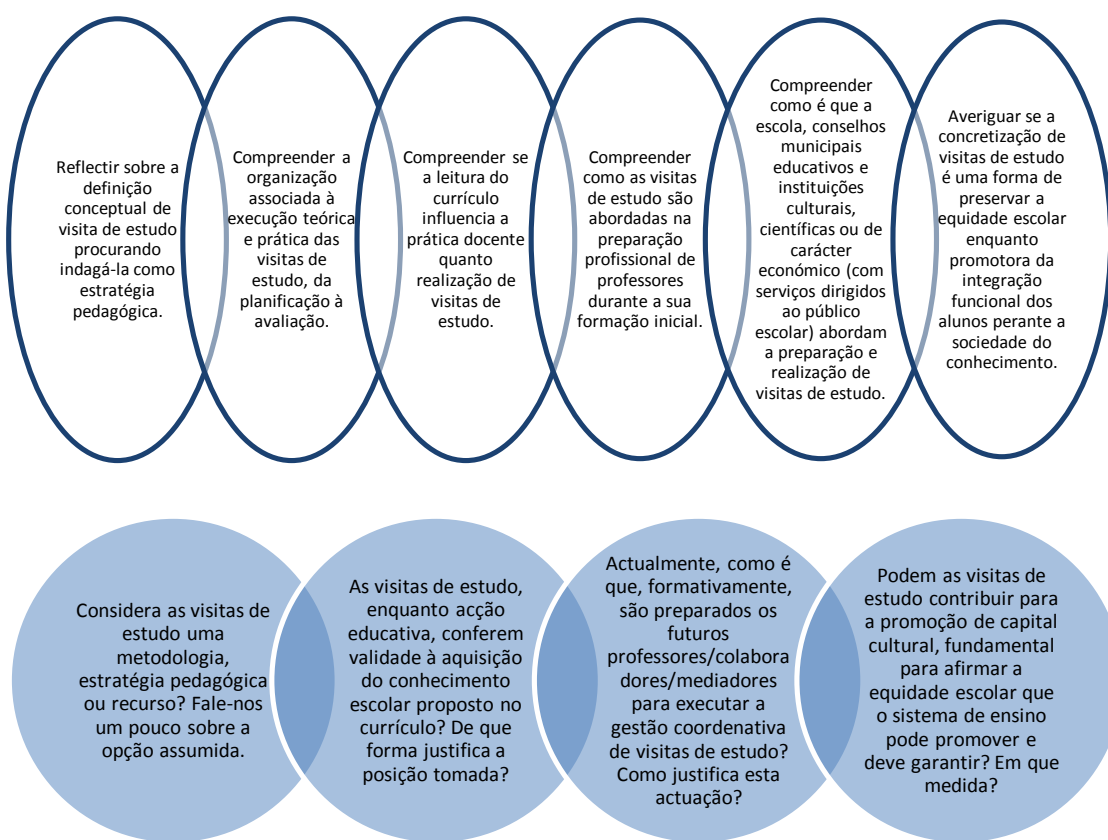


Figura 6 - Questões do questionário aberto.

O guião do questionário aberto proposto pode ser consultado no anexo VI.

## **2.2. Participantes**

No início do percurso investigativo foi sendo claro a necessidade de recorrer a certos elementos intervenientes da comunidade educativa que se apropriam da teorização normativa do conceito de visitas de estudo e que, também, pelo currículo, pedagogia ou didáctica estruturam e operacionalizam as visitas de estudo. Portanto, não só estes elementos orientaram o discurso do enquadramento institucional e teórico como o estudo empírico.

Desta forma, os informantes-chave foram:

- Elementos intervenientes na formulação de programas ou de metas curriculares;
- Coordenadores(as) ou Professores(as) da formação inicial de professores de universidades públicas portuguesas;
- Representantes de Conselhos Pedagógicos e de Conselhos Executivos de Escola;
- Elementos do Conselho Nacional de Educação;
- Elementos dos serviços centrais do Ministério da Educação e Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior;
- Representantes de um Conselho Municipal de Educação;
- Representantes de instituições culturais, científicas ou de carácter económico (com serviços educativos ou iniciativas dirigidas ao público escolar).

No total, foram auscultados 7 grupos de informantes-chave.

## **3. Análise e discussão dos resultados**

Após o registo dos dados pela aplicação Google Forms procedemos à sua recolha e iniciámos o processo de análise. Para o efeito procurámos aplicar uma organização metódica dos dados. Segundo Bogdan e Biklen (1994), nesta fase organizámos os dados em unidades manipuláveis à procura de um padrão. Segundo Amado (2013), foi necessário definir a unidade de contexto (informantes-chave), a unidade de registo (questões aplicadas ao questionário aberto) e a unidade de contagem (escala aplicada à interpretação dos dados obtidos pelo questionário aberto).

Assim, em termos de unidades de contexto, o questionário foi enviado aos informantes-chave entre 8 de Junho de 2016 e 27 de Junho de 2016. Inicialmente foi compreendido um período de quinze dias para a obtenção das respostas. Dado o reduzido número de respostas o prazo foi alargado por mais cinco dias.

No quadro 1 visualizamos o número de respostas obtidas comparativamente ao número de questionários enviados aos informantes-chave.

	INFORMANTES-CHAVE	N.º DE QUESTIONÁRIOS ENVIADOS	N.º DE QUESTIONÁRIOS RECEPCIONADOS
<b>A</b>	Elementos intervenientes na formulação de programas ou de metas curriculares	10	0
<b>B</b>	Coordenadores (as) ou Professores (as) da formação inicial de professores de universidades públicas portuguesas	10	2
<b>C</b>	Representantes de Conselhos Pedagógicos e de Conselhos Executivos de Escola	10	2
<b>D</b>	Elementos do Conselho Nacional de Educação	10	0
<b>E</b>	Elementos dos serviços centrais do Ministério da Educação e Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior	10	0
<b>F</b>	Representantes de um Conselho Municipal de Educação	10	1
<b>G</b>	Representantes de instituições culturais, científicas ou de carácter económico (com serviços educativos ou iniciativas dirigidas ao público escolar)	10	1
<b>H</b>	Outros	-	1

Quadro 1 - Número de respostas ao questionário aberto

Compreendendo que a data em que os questionários foram enviados correspondia ao encerramento do ano lectivo, época de exames e preparação do próximo ano lectivo, período em que o volume de trabalho é muito intenso e a disponibilidade é restrita, não obtivemos o número de respostas expectantes para uma análise e discussão de resultados desejável. Contudo, apresentamos uma proposta seguindo uma lógica de análise de conteúdos. A análise de conteúdos, segundo Amado (2013), “incide sobre as denotações (o primeiro sentido do discurso) e não sobre as conotações (reflexo dos pontos de vista subjectivos de quem fala ou escreve)” (p. 303).

Os dados obtidos nos quadros 2 e 3 foram analisados, segundo Bardin (1977), por categorização em *milha*. Assim, para a unidade de registo, procurámos aplicar um quadro de referência, por inferência, onde determinámos as categorias em função dos objectivos

específicos e um padrão em função das respostas obtidas pelo questionário. Podemos caracterizar o processo como um procedimento fechado. Segundo Amado (2013), um procedimento é fechado quando é adoptado “um sistema de categorias prévio, a priori, que se prende com o enquadramento teórico e com a revisão bibliográfica previamente obtida” (p.313).

	<b>Objectivos Específicos</b>	<b>Categoria</b>	<b>Questões apresentadas no questionário</b>	<b>Padrão a observar</b>
<b>I</b>	Reflectir sobre a definição conceptual de visita de estudo procurando indagá-la como estratégia pedagógica.	Aspectos relacionados com a conceptualização de visitas de estudo.	Considera as visitas de estudo uma metodologia, estratégia pedagógica ou recurso? Fale-nos um pouco sobre a opção assumida.	A visita de estudo é uma estratégia pedagógica. (I)
<b>II</b>	Compreender a organização associada à execução teórica e prática das visitas de estudo, da planificação à avaliação.  Compreender se a leitura do currículo influencia a prática docente quanto realização de visitas de estudo.	Aspectos relacionados com a organização estrutural das visitas de estudo face ao currículo.	As visitas de estudo, enquanto acção educativa, conferem validade à aquisição do conhecimento escolar proposto no currículo? De que forma justifica a posição tomada?	Através da visita de estudo os alunos realizam a aquisição de conhecimento escolar. (II)
<b>III</b>	Compreender como as visitas de estudo são abordadas na preparação profissional de	Aspectos relacionados com a organização estrutural das visitas de estudo	Actualmente, como é que, formativamente, são preparados os futuros professores/colaboradores/mediadores	Os futuros professores são preparados para aplicarem a didáctica das

	professores durante a sua formação inicial.	face à pedagogia e didáctica.	para executar a gestão coordenativa de visitas de estudo? Como justifica esta actuação?	visitas de estudo. (III)
<b>IV</b>	Compreender como é que a escola, conselhos municipais educativos e instituições culturais, científicas ou de carácter económico (com serviços dirigidos ao público escolar) abordam a preparação e realização de visitas de estudo.	Aspectos relacionados com a operacionalização das visitas de estudo face à pedagogia e didáctica.	Actualmente, como é que, formativamente, são preparados os futuros professores/colaboradores/mediadores para executar a gestão coordenativa de visitas de estudo? Como justifica esta actuação?	Os agentes sociais, Municípios e ICCCE estão preparados para acolher as visitas de estudo como uma estratégia pedagógica. (IV)
<b>V</b>	Averiguar se a concretização de visitas de estudo é uma forma de preservar a equidade escolar enquanto promotora da integração funcional dos alunos perante a sociedade do conhecimento.	Aspectos relacionados com a operacionalização, num sentido de instrumentalização social, das visitas de estudo face à sociedade de conhecimento.	Podem as visitas de estudo contribuir para a promoção de capital cultural, fundamental para afirmar a equidade escolar que o sistema de ensino pode promover e deve garantir? Em que medida?	As visitas de estudo contribuem como estratégia pedagógica mediadora e equitativa numa sociedade do conhecimento. (V)

*Quadro 2 - Quadro de referência*

Ao definir o quadro de referência, apresentado no quadro 2, propomos a leitura, no quadro 3, de uma grelha de análise cuja finalidade é a observação do conteúdo, indo ao encontro de uma interpretação como estipulada pelo padrão definido e a observar nos questionários. Para tal, analisámos as respostas dadas por cada informante-chave. A unidade de contagem utilizada foi: presente (p=1) ou não presente (n/p=0). Nos casos em

que não foi possível recolher a transcrição foi assumida a interpretação: não participou (n/pp). Nestes casos, o padrão é igualmente identificado como não presente (n/p=0).

	INFORMANTES-CHAVE	N.º de Respostas	Transcrição	I	II	III	IV	V
A	Elementos intervenientes na formulação de programas ou de metas curriculares	0	n/pp	0	0	0	0	0

	INFORMANTES-CHAVE	N.º de Respostas	Transcrição	I	II	III	IV	V
B	Coordenadores (as) ou Professores (as) da formação inicial de professores de universidades públicas portuguesas	2	<p><b>Participante 1)</b></p> <p>“1-Um recurso didático que exige uma estratégia específica em função do espaço e uma metodologia adequada à faixa etária, ao conteúdo a tratar e à estratégia escolhida.</p> <p>2-Permite a aquisição de conhecimentos num contexto mais aberto de relação pedagógica entre professor / aluno e mais motivador porque fora do ambiente tradicional.</p> <p>3-Participando em visitas preparadas pelos orientadores de estágio ou por outros docentes da escola onde estão inseridos.</p> <p>4-Sim porque a visita assume-se muitas vezes como uma oportunidade única face a contextos familiares menos habilitados ou com menores expectativas sociais e culturais.”</p>	0	0	0	1	1
			<p><b>Participante 2)</b></p> <p>“1. As saídas e as visitas de estudo são metodologia, estratégia e recurso didático, porque introduzem autenticidade/realismo ao processo de ensino&amp;aprendizagem.</p> <p>2. Claro que sim, porque se reportam a conteúdos programáticos e são sempre objeto de reflexão e avaliação, caso</p>	1	1	1	1	1

			<p>contrário constituiriam uma atividade turística :)</p> <p>3. Na FLUP e em Geografia, os futuros professores têm formação teórica de base sobre "como organizar e concretizar saídas e visitas de estudo", formação esse acompanhada da prática dos saberes através da preparação, concretização e reflexão em torno de saídas e visitas realizadas na Universidade e nas Escolas B&amp;S</p> <p>4. Pode com toda a certeza, porque embora a era da tecnologia tenda a uniformizar comportamentos, certo é que, neste âmbito, quando "vamos para a escola", os LOCAIS de origem dos estudantes encontram-se - a escola é LOCAL de convergência de IDENTIDADES diferenciadas, ou seja, espaço privilegiado para a construção e/ou consolidação do capital relacional, identitário e cultural.”</p>					
--	--	--	---	--	--	--	--	--

	INFORMANTES-CHAVE	N.º de Respostas	Transcrição	I	II	III	IV	V
C	Representantes de Conselhos Pedagógicos e de Conselhos Executivos de Escola	2	<b>Participante 1)</b> “As visitas de estudo são uma complementaridade do trabalho em sala de aula”	0	0	0	0	0
			<b>Participante 2)</b> “Sim”	0	0	0	0	0

	INFORMANTES-CHAVE	N.º de Respostas	Transcrição	I	II	III	IV	V
D	Elementos do Conselho Nacional de Educação	0	n/pp	0	0	0	0	0

	<b>INFORMANTES-CHAVE</b>	<b>N.º de Respostas</b>	<b>Transcrição</b>	<b>I</b>	<b>II</b>	<b>III</b>	<b>IV</b>	<b>V</b>
<b>E</b>	Elementos dos serviços centrais do Ministério da Educação e Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior	0	n/pp	0	0	0	0	0

	<b>INFORMANTES-CHAVE</b>	<b>N.º de Respostas</b>	<b>Transcrição</b>	<b>I</b>	<b>II</b>	<b>III</b>	<b>IV</b>	<b>V</b>
<b>F</b>	Representantes de um Conselho Municipal de Educação	1	“Considero as visitas de estudo uma estratégia pedagógica, validando a aquisição de conhecimentos.”	1	1	0	0	0

	<b>INFORMANTES-CHAVE</b>	<b>N.º de Respostas</b>	<b>Transcrição</b>	<b>I</b>	<b>II</b>	<b>III</b>	<b>IV</b>	<b>V</b>
<b>G</b>	Representantes de instituições culturais, científicas ou de carácter económico (com serviços educativos ou iniciativas dirigidas ao público escolar)	1	“Na questão anterior o caso da nossa instituição, este pertence a vários organismos municipais, escolares e nacionais, logo a resposta está incompleta.”	0	0	0	0	0

*Quadro 3 - Grelha de análise*

Seguindo o princípio da não discriminação, durante a construção dos questionários foi aplicado um campo denominado de “Outro”, na secção Identificação, em Instituição. Este campo pretendeu dar resposta a designações que dependem de mais do que um elemento representado em cada grupo de informantes-chave. Assim, obtivemos a resposta de um centro de formação contínua de professores.

	INFORMANTES-CHAVE	N.º de Respostas	Transcrição	I	II	III	IV	V
H	Outros	1	“Trata-se de uma importante estratégia pedagógica, sendo que sistematiza a aquisição do conhecimento escolar ou pode mesmo servir de motivação para novas aprendizagens. No entanto, creio que não há uma verdadeira aposta neste tipo de estratégia, nomeadamente, na formação inicial e, mesmo, contínua de professores (algo que se justificava). E as visitas de estudo podem garantir alguma equidade escolar, desde que, em todas as circunstâncias, não fiquem de fora os alunos que não têm recursos para as frequentar. Podem, pois, "compensar" algumas desvantagens sociais.”	1	1	0	0	1

Quadro 4 - Grelha de análise (continuação)

Apesar das respostas obtidas não serem representativas e limitarem a validação, da presença ou ausência, dos padrões que se pretendiam identificar e contrariamente ao esperado procurámos realizar uma interpretação subjectiva.

Assim, não existe unanimidade quanto às visitas de estudo serem uma estratégia pedagógica. Na preparação de futuros professores, três quintos das respostas obtidas apontam para as visitas de estudo como uma prática pedagógica que possibilita a aquisição de conhecimento escolar. No universo de respostas obtidas apenas uma revela que existe preparação para a didáctica das visitas de estudo e apenas no caso da formação inicial de professores. Contudo, três quintos das respostas reconhecem que as visitas de estudo, em ambiente escolar, contribuem como estratégia pedagógica mediadora e equitativa numa sociedade do conhecimento e, neste contexto, as visitas de estudo já são consideradas como estratégia pedagógica e não como recurso.

### III PARTE – CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

#### 1. Conclusões

A investigação realizada procurou inquirir o valor pedagógico e social que o sistema de ensino português, ao nível do ensino básico, atribui às visitas de estudo. A metodologia adoptada, quer no enquadramento teórico, quer no estudo empírico, contribuiu para devolver dados importantes e que foram ao encontro dos objectivos específicos. Assim, procurámos centrar a conclusão nos dados obtidos durante o enquadramento teórico. Embora o sucesso do estudo empírico tenha sido limitado e inconclusivo, vislumbramos um potencial investigativo que fica em aberto para futuros estudos sobre as visitas de estudo.

Tendo em conta os objectivos específicos propostos, parece-nos poder concluir que o sistema educativo português, ao nível do ensino básico, reconhece o valor pedagógico e social das visitas de estudo como meio para aquisição do conhecimento escolar. No entanto, a conceptualização normativa das visitas de estudo conduz a uma interpretação teórica vasta que a indetermina como estratégia pedagógica. Embora alguns estudos apresentem propostas de interpretação do conceito de visitas de estudo, não existe uma conceptualização unificadora que depois explore os diversos tipos de visitas de estudo e as respectivas aplicações e funções. Eventualmente, na formação inicial de professores é explorada a didáctica da visita de estudo. Contudo, já no exercício da prática pedagógica, nem sempre os programas curriculares das diversas disciplinas incentivam à operacionalização das visitas de estudo. O incentivo à operacionalização surge, em grande parte, dos agentes da sociedade mais “próximos” da realidade escolar e com uma dimensão educativa. Estes agentes da sociedade produzem documentos diversos que estruturam as visitas de estudo, mas a escola define a base estrutural normativa e a operacionalização das visitas de estudo através de um regulamento de visitas de estudo. O regulamento de visitas de estudo acaba por ser um documento importante que assegura a interpretação normativa das visitas de estudo e, em alguns casos, orienta para a didáctica das visitas de estudo e os aspectos burocráticos da sua operacionalização.

As orientações normativas promovidas pela ENEC são um indicador de transformação para combater a selectividade educacional e confirmam que as visitas de estudo podem ser uma estratégia pedagógica mediadora e equitativa face às exigências da actual sociedade do conhecimento. Na medida em que promovem condições de acesso

à literacia cultural, logo, à integração funcional dos alunos perante a sociedade do conhecimento.

## **2. Recomendações**

As recomendações propostas - traduzidas em “Linhas orientadoras para o estabelecimento de uma proposta de conceptualização de visitas de estudo”, “Criação do cargo de coordenador de visitas de estudo”, “A didáctica das visitas de estudo na formação contínua de professores” - são meramente indicativas e resultantes da presente investigação e das limitações apresentadas. O objectivo é realçar as vantagens encontradas para a realização de visitas de estudo, reforçando o seu valor pedagógico e social.

### **Linhas orientadoras para o estabelecimento de uma proposta de conceptualização de visitas de estudo**

O esquema conceptual apresentado na figura 2, e proposto por Freitas (2000), ilustra o universo de possibilidades que conduzem às diversas interpretações sobre o conceito de visitas de estudo. Este mesmo esquema vem corroborar os documentos normativos apresentados pelos ofícios-circular emitidos pelas antigas direcções regionais da educação e em resposta ao despacho n.º28/ME/91. Ao encontro de uma proposta de uma definição para visita de estudo podemos sugerir que é uma actividade prática a ser assumida como estratégia pedagógica para a aquisição do conhecimento escolar, com valor pedagógico e social, realizada no período e exterior do espaço escolar e, por isso, envolvendo conteúdos curriculares e programáticos de uma ou mais disciplinas. No entanto, em educação formal, propomos que a visita de estudo assumia sempre um carácter curricular. Em contexto escolar, as visitas de estudo não dispensam o desempenho à luz da pedagogia, pois requerem do organizador ou organizadores, professores, uma acção coordenativa assente numa didáctica das visitas de estudo.

Propomos que uma visita de estudo apresente um carácter globalizante, em substituição do carácter extracurricular, e possa ser organizada quando os objectivos curriculares da disciplina, ou disciplinas, já foram concretizados. Neste contexto, as visitas de estudo assumem uma dimensão, exclusivamente, socioeducativa onde é recomendável que as relações sejam estabelecidas pela transdisciplinaridade. De acordo

com Santos (1995), citando a carta da transdisciplinaridade, no artigo 7º, a transdisciplinaridade “é complementar da aproximação disciplinar; ela faz emergir da confrontação das disciplinas novos dados que as articulam entre si e que nos dão uma nova visão da natureza e da realidade” (p.2). Serão estas visitas de estudo as mediadoras entre o conhecimento escolar e o conhecimento escolar valioso.

Nas visitas de estudo de carácter curricular ou lógico as relações estabelecidas são disciplinares e interdisciplinares. Estas visitas de estudo podem ser de vários tipos, como já apresentado na figura 2, e envolvem uma ou mais disciplinas. São ainda realizadas durante o processo de ensino e aprendizagem dos conteúdos programáticos e podem assumir-se como metodologia ou estratégia pedagógica.

### **Criação do cargo de coordenador de visitas de estudo**

Uma das referências nacionais que espelham o rigor formativo que as visitas de estudo exigem é o exemplo dado pelo Instituto dos Pupilos do Exército, onde se verifica a imagem do Coordenador de Visitas de Estudo. No artigo 39º, das Normas do Serviço Escolar, da instituição referida, podemos ler:

“ 1. As Visitas de Estudo são atividades com objetivos de aprendizagem bem definidos, visando complementar os conhecimentos teórico-práticos previstos nos conteúdos programáticos das diferentes matérias de ensino e constituem uma das estratégias de ensino de maior relevância no âmbito dos Projeto Educativo e Projeto Curricular do IPE. 2. O Coordenador é nomeado pelo Diretor sob proposta do Chefe do Serviço Escolar. 3. O Coordenador das Visitas de Estudo, no início de cada ano letivo, recebe do Coordenador de Ciclos de Estudos o plano de Visitas de Estudo previsto no Plano de Atividades do Instituto, sendo da sua responsabilidade todas as ações tendentes à coordenação, planeamento e execução das atividades planeadas e inopinadas de acordo com o estipulado” (p.20).

Assim, como recomendação sugerimos a definição da figura de um coordenador de visitas de estudo, em contexto escolar. Conforme o esquema apresentado no anexo IX, a esta figura caberia procurar afirmar a didáctica das visitas de estudo, ir ao encontro das vantagens em ganhos cognitivos que as visitas de estudo podem proporcionar, bem como garantir também alguns dos princípios de qualidade, em causa nos estabelecimentos de ensino, mediando as propostas que promovem a literacia cultural e relacionadas com os

diversos conteúdos curriculares. A criação da função de coordenador de visitas de estudo poderá contribuir para a defesa dos processos pedagógicos e burocráticos como a planificação, a execução, a avaliação e a correcção dos aspectos que permitem validar a importância das visitas de estudo no processo de aprendizagem e de construção do conhecimento.

### **A didáctica das visitas de estudo na formação contínua de professores**

Os professores no terreno querem rigor e compromisso, mas precisam de espaço para reflectir e investigar e pôr em prática os seus talentos novos e “inatos”. Por outro lado, sentem como ninguém a asfixia curricular e avaliativa a que muitos alunos são sujeitos e que prejudica a promoção e expansão do capital cultural, linguístico e capacidade cognitiva genérica, e que tanta influência tem na determinação da carreira escolar. Para Nóvoa (2011), citando Reboul (2001):

*“Vale a pena ser ensinado tudo o que une e tudo o que liberta. Tudo o que une, isto é, tudo o que integra cada indivíduo num espaço de cultura e de sentidos. Tudo o que liberta, isto é, tudo o que promove a aquisição do conhecimento, o despertar do espírito científico. (...) Tudo o que torna a vida mais digna”* (p.73).

É neste cenário que se considera existir abertura para reconsiderar o tema das visitas de estudo na formação contínua de professores, numa tentativa de criar condições favoráveis para repensar as práticas pedagógicas que envolvem o desenvolvimento do potencial cognitivo, linguístico e cultural, preparando a comunidade educativa para os desafios da sociedade do conhecimento, sem excepções ou privilégios. Como proposta e conforme o anexo X apresentamos uma sugestão que percorre as reflexões retiradas da presente investigação.

Poderemos apontar para a necessidade de formação em estratégias pedagógicas, como as visitas de estudo, que potenciem e valorizem não só o capital cultural dos alunos, independentemente do seu *background* social, mas também a promoção de representações pessoais de inteligência, no geral, dinâmicas adaptativas e equitárias. A equidade escolar, por sua vez, implica também o reconhecimento do potencial biológico dos alunos, independentemente do grupo social a que pertencem, bem como a criação de oportunidades escolares que permitam a aquisição de conhecimento favorável a tornar-se em capital económico, social e cultural para que futuras gerações possam vir a ser

beneficiadas. Pois, reavendo Scarr (1993), “environments that do not provide opportunities for species-normal development (...) inhibit genetic expression; environments that do not provide culturally normal opportunities for development (...) may shift development to culturally abnormal paths” (p.1335). É inevitável o reconhecimento de que o desenvolvimento humano tem uma essência evolucionista e que não pode ser ignorada face às exigências da sociedade do conhecimento.

## BIBLIOGRAFIA

Almeida, A. (1998). *Visitas de Estudo: Concepções e Eficácia na Aprendizagem*. Lisboa: Livros Horizonte.

Almeida, L. S. (1994). *Inteligência - Definição e Medida*. Aveiro: CIDINE - Centro de Investigação, Difusão e Intervenção Educacional.

Amado, J. (2013), *Manual de Investigação Qualitativa em Educação*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.

Bardin, L (1977). *Análise de Conteúdo*. Lisboa: Edições 70.

Bogdan, R. C., & Biklen, S. K. (1991). *Investigação Qualitativa em Educação – Uma Introdução à Teoria e aos Métodos*. Porto: Porto Editora.

Nogueira, M. A., & Catani, A. (2003). A Escola Conservadora: As Desigualdades Frente a Escola e à Cultura. In *Pierre Bourdieu - Escritos de educação* (pp. 41-64). Disponível em <https://bibliotecadafilo.files.wordpress.com/2013/10/17-bourdieu-a-escola-conservadora.pdf>

Carvalho, A. (1991). Sair da Escola – Classes de Descoberta. *Revista Aprender*, (13). Disponível em <http://www.esep.pt/aprender/index.php/component/phocadownload/category/15-revista-aprender-n-13?download=316:revista-aprender-n-13-a15>

Conselho Nacional de Educação (2013). *Diversidade e Equidade em Educação*. Lisboa: Ministério da Educação.

Conselho Nacional de Educação (2015). *Formação Inicial de Professores*. Lisboa: Ministério da Educação

Delors, J. (1996). *Educação um Tesouro a Descobrir - Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o século XXI*, UNESCO. Disponível em <http://ftp.infoeuropa.eurocid.pt/database/000046001-000047000/000046258.pdf>

Dionísio, M. L. (2001). Reseña de "Concepções e Eficácia na Aprendizagem" de António Almeida. *Revista Portuguesa de Educação*, 14 (1) 311-317. Disponível em <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=37414115>

Estrela, A. (1994). *Teoria e Prática de Observação de Classes: Uma Estratégia de Formação de Professores*. Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica.

Freitas, M. (2000). O Trabalho Prático (Laboratorial e de Campo) Na Promoção de Áreas Transversais do Currículo (Área Projecto/Projecto Tecnológico). In *Actas do Congresso - O Trabalho Prático e Experimental na Educação em Ciências* (pp. 63-74). Braga: Universidade do Minho.

Lopes, J. T. (2008). *Da Democratização à Democracia Cultural - Uma Reflexão sobre Políticas Culturais e Espaço Público*. Porto: Profedições.

Lemos, V. (2013). Políticas Públicas de Educação - Equidade e Sucesso Escolar. *Sociologia, Problemas e Práticas*, (73). Disponível em <http://www.scielo.mec.pt/pdf/spp/n73/n73a08.pdf>

Lopo, T.T. (2016). Entre Dois Regimes Jurídicos, o que Mudou no Currículo da Formação Inicial de Professores em Portugal?. *Arquivos Analíticos de Políticas Educativas*, 4 (7). Disponível em <http://epaa.asu.edu/ojs/article/viewFile/2215/1716>

Monteiro, M. (1995). Intercâmbios e Visitas de Estudo. In A. D. Carvalho, (Org), *Novas Metodologias em Educação* (pp. 173-196). Porto: Porto Editora.

Mouro, M. (1987). Como Organizar Uma Visita de Estudo. *Revista Aprender*, (1). Disponível em <http://www.esep.pt/aprender/index.php/revistas/78-revista-aprender-n-1>

Nóvoa, A. (2011). *O Regresso dos Professores*. Oeiras. Disponível em <https://pt.scribd.com/doc/68387246/O-regresso-dos-professores#scribd>

Pacheco, J. A. (2014). *Educação, Formação e Conhecimento*. Porto: Porto Editora.

Oliveira, H. (2012). As Potencialidades Didáticas das Visitas de Estudo: a Perceção dos Alunos Sobre a Aprendizagem Desenvolvida. *Actas do XIII Colóquio Ibérico de Geografia – Respostas da Geografia Ibérica em tempo de crise* (pp. 1680-1687). Santiago de Compostela. Disponível em <https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/64778/2/helderoliveirapotencialidades000179141.pdf>

Oliveira, M (2008). *As Visitas de Estudo e o Ensino e a Aprendizagem das Ciências Físico-Químicas: Um Estudo Sobre Concepções e Práticas de Professores e Alunos*. Dissertação apresentada para o Instituto de Educação e Psicologia da Universidade do

Minho para obtenção do grau de mestre, orientada pelo Professor Doutor Luís Gonzaga Pereira Dourado. Disponível em <https://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/8326/1/Disserta%C3%A7%C3%A3o%20Manuela%20Teixeira.pdf>

Santos, E. (2011). *Arquitectura de Orientação para Avaliação de Programas de Educação a Distância: Desenvolvimento, Implementação e Análise*. Tese apresentada à Universidade de São Paulo, Escola de Engenharia de São Carlos, para a obtenção do título de Doutor em Engenharia de Produção, orientada pelo Professor Doutor José Dutra de Oliveira Neto. Disponível em <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/18/18140/tde-25042011-115537/pt-br.php>

Santos, R. (1995). *Transdisciplinaridade. Cadernos de Educação* (8). Lisboa: Instituto Piaget.

Scarr, S. (1993). Biological and Culture Diversity: The Legacy Of Darwin for Development. *Child Development*, 64, pp.1333-1353. Disponível em <http://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/j.1467-8624.1993.tb02956.x/pdf>

Seabra, T. (2009). Desigualdades Escolares e Desigualdades Sociais. *Sociologia, Problemas e Práticas*, 59, pp.75-106. Porto. Disponível em <http://www.scielo.mec.pt/pdf/spp/n59/n59a05.pdf>

Silva, S. (2011). *Visita Guiada: Uma Estratégia da Educação Museal*. Trabalho de Projecto apresentado para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Museologia realizado sob a orientação científica da Professora Doutora Raquel Henriques da Silva e co-orientação da Mestre Maria da Graça da Silveira Filipe. Disponível em [https://run.unl.pt/bitstream/10362/7321/1/02\\_visita\\_guiada\\_TRABA\\_LHO\\_PROJECTO.pdf](https://run.unl.pt/bitstream/10362/7321/1/02_visita_guiada_TRABA_LHO_PROJECTO.pdf)

Tuckman, B. (2000). *Manual de Investigação em Educação*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

UNESCO. (1993). *Museum International – Visitors*.

UNESCO. (2005). *Guidelines for Inclusion: Ensuring Access to Education for All*.

UNESCO. (2005b). *Towards Knowledge Societies*.

UNESCO. (2013). *Glossary of curriculum terminology*.

UNESCO. (2015). *Rethinking education: towards a global common good?*.

Young, M. (2002). Durkheim, Vygotsky e o Currículo do Futuro. *Cadernos de Pesquisa*, 117, pp. 53-80. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/cp/n117/15552.pdf>

Young, M. (2007). Para que Servem as Escolas?. *Educação & Sociedade*, 28 (101), pp. 1287-1302. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/es/v28n101/a0228101.pdf>

Young, M. (2011). O Futuro da Educação em Uma Sociedade do Conhecimento: o Argumento Radical em Defesa de um Currículo Centrado em Disciplinas. *Revista Brasileira de Educação*, 16 (48), pp. 609-623. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v16n48/v16n48a05.pdf>

## LEGISLAÇÃO

Constituição da República Portuguesa. Disponível em <http://www.parlamento.pt/Legislacao/Paginas/ConstituicaoRepublicaPortuguesa.aspx>

Lei de Bases do Sistema Educativo, n.º 46/86 de 14 de Outubro. Disponível em [http://www.dge.mec.pt/sites/default/files/EInfancia/documentos/lei\\_bases\\_do\\_sistema\\_educativo\\_46\\_86.pdf](http://www.dge.mec.pt/sites/default/files/EInfancia/documentos/lei_bases_do_sistema_educativo_46_86.pdf)

Decreto-Lei n.º 7/2003, de 15 de janeiro. Regulamenta os Conselhos Municipais de Educação e aprova o processo de elaboração de carta educativa, transferindo competências para as autarquias locais. Disponível em <https://www.parlamento.pt/ActividadeParlamentar/Paginas/DetalheIniciativa.aspx?BID=19531>

Decreto-lei n.º 139/2012, de 5 de Julho. Estabelece os princípios orientadores da organização e da gestão dos currículos, da avaliação dos conhecimentos e capacidades a adquirir e a desenvolver pelos alunos dos ensinos básico e secundário. Disponível em <http://www.dge.mec.pt/legislacao>

Decreto-lei n.º 72/2015, de 11 de maio. Introdz duas alterações ao Decreto -Lei n.º 7/2003, de 15 de janeiro. Disponível em <https://dre.pt/application/file/67188487>

Despacho n.º 28/ME/91, de 28 de Março. Regulamenta as visitas de estudo ao estrangeiro e intercâmbio escolar. Disponível em <https://drive.google.com/file/d/0B4-G1BY9rw2xYzllZjI3MmMtMDU5Ni00NzE0LTlmMTYtMzAxMDJlYTM4MzUz/view?ddrp=1&hl=en&pli=1#>

Despacho n.º 14421/2014, de 28 de Novembro. Cria o Grupo de Projeto para a Estratégia Nacional para a Educação e Cultura. Disponível em <https://dre.pt/application/file/59076224>

Ofício-circular n.º 21/04 (DREN), n.º 103/04 (DREA), n.º 406/04 (DREC), n.º 2/05 (DREL), n.º 1/2009. Esclarecem o despacho 28/ME/1991. Disponíveis em <https://sites.google.com/site/visitasdestudo/legislacao>

Currículo Nacional do Ensino Básico. Direcção Geral da Educação. Disponível em <http://www.dge.mec.pt/ensino-basico>

## **ANEXOS**

### **Lista de anexos**

Anexo I – Regulamento das Visitas de Estudo do Agrupamento de Escolas Francisco de Holanda.

Anexo II – Regulamento das Visitas de Estudo do Agrupamento de Escolas de Eugénio de Castro.

Anexo III – Regulamento das Visitas de Estudo do Agrupamento de Escolas do Monte de Ola.

Anexo IV – Exemplo de abordagens às visitas de estudo em programas curriculares e manuais escolares.

A - História e Geografia de Portugal, Organização Curricular e Programas, Vol. I, Ministério da Educação, página 96.

B – Viajário, complemento do manual de História para o 8º ano de escolaridade, Porto Editora

Anexo V – Exemplos de elementos pedagógicos promovidos pelo projecto O Património.

Anexo VI – Guião do questionário aberto.

Anexo VII – pedido formal de resposta ao questionário.

Anexo VIII – apresentação gráfica, no Google Forms, do questionário aberto.

Anexo IX – Recomendação: “Criação do cargo de coordenador de visitas de estudo”.

Anexo X – Recomendação: sugestão da acção de formação “A didáctica das visitas de estudo na formação contínua de professores”.

# Anexo I

## Regulamento das Visitas de Estudo do Agrupamento de Escolas Francisco de Holanda



### Regulamento das visitas de estudo

(Outubro/2014)

1

#### Legislação de referência:

- o Despacho n.º F 28/ME/91 de 28 de Março
- o Ofício Circular n.º F 2/2005 de 4 de Janeiro
- o Estatuto do Aluno e Ética Escolar – Lei n.º 61/2012, 5 de setembro

Não são abrangidas por este regulamento os parcos de finalidades.

#### 1. Definição

1.1. As visitas de estudo são atividades curriculares, organizadas por professores, para os alunos, realizadas fora do espaço escolar, destinadas a desenvolver conteúdos das áreas disciplinares e não disciplinares. Decorrem do projeto educativo do agrupamento e enquadram-se no âmbito do desenvolvimento do Plano Anual Atividades (PAA) e do Plano de Turma (PT).

#### 2. Objetivos

2.1. As visitas de estudo devem ser entendidas como uma estratégia metodológica promotora das aprendizagens, com implicações nas atividades das disciplinas do conselho de turma, com interferência na definição do modelo metodológico de ensino e com repercussões na qualidade do ensino e dos resultados escolares. As visitas de estudo devem assumir-se como práticas utilizadas para complemento e consolidação dos conhecimentos programáticos, contribuir para uma afirmação de aprendizagens significativas, com ganhos importantes na formação dos alunos, se articuladas com atividades e projetos multidisciplinares.

#### 3. Procedimentos Pedagógicos

As visitas de estudo devem integrar um conjunto de procedimentos pedagógicos, nomeadamente:

- 3.1. definir objetivos enquadrados nas planificações elaboradas pelo grupo de disciplina;
- 3.2. elaborar planificação cuidada, o mais completa possível, que inclua o local, a data, o guião com as informações básicas:
  - a) incluir os produtos e a avaliação: afirmar-se como uma estratégia de ensino e aprendizagem que integre, de forma inequívoca, os conteúdos das disciplinas lecionadas, incluindo atividades de preparação, propostas de tarefas a realizar pelos alunos (produto) e avaliação do processo;
  - b) resultar de uma ação concertada do conselho de turma e estar integrada no plano de atividades de turma, definidas, preferencialmente, no início do ano letivo;

1

#### ÍNDICE

1. Definição	3
2. Objetivos	3
3. Procedimentos Pedagógicos	3
4. Aprovação e Autorização	4
5. Planificação e Organização	5
6. Organização	6
7. Outras situações	8
8. Anexos	1 de 7

2

c) acentuar o caráter interdisciplinar: as visitas de estudo devem ser integradas no projeto da turma (o projeto curricular de turma, ou não) e envolver o maior número possível de disciplinas do currículo;

d) mobilizar todos os alunos de turma: envolver os alunos em todas as fases do processo de visita de estudo - planificação, preparação, organização e avaliação de visita - devendo ser chamados a participar na elaboração do programa.

#### 4. Aprovação e autorização

4.1. Podem propor e organizar visitas de estudo todos os professores do agrupamento de escolas. A marcação de visita de estudo é da responsabilidade do professor organizador, devendo ser aprovada pelo Conselho de Turma e pelo Conselho Pedagógico.

4.2. A realização das visitas de estudo deve ser feita, preferencialmente, no decurso do primeiro e do segundo períodos, tendo em consideração os momentos de avaliação.

4.3. As visitas de estudo em território nacional, com duração superior a três dias, assim como qualquer visita de estudo ao estrangeiro, carecem de autorização do Diretor do agrupamento de escolas, por delegação de competências da Direção Regional de Serviços do Norte.

4.4. A organização de intercâmbios escolares, em território nacional ou estrangeiro, seguirá os mesmos princípios pedagógicos e organizacionais, bem como as normas legais em vigor.

4.5. Em termos de duração, em período letivo, estas atividades devem obedecer aos seguintes limites legais:

a) Intercâmbio Escolar: até sete (7) dias úteis - no mínimo, três (3) professores acompanhantes;

b) Visitas de Estudo ao Estrangeiro: até cinco (5) dias úteis - 1 docente por cada 15 alunos.

4.6. As propostas de intercâmbio e de Visitas de Estudo ao estrangeiro devem ser aprovadas pelo Diretor do agrupamento de escolas, enviando-se o pedido de autorização, para o efeito, em documento regulamentar com a antecedência mínima de 30 dias e contar da data de início de atividade.

4.7. Os docentes responsáveis pela organização e coordenação de intercâmbios escolares deverão ter quatro ou mais anos de exercício de funções docentes e a sua designação carece de parecer positivo por parte do Conselho Pedagógico.

4

- 4.8. O agrupamento de escolas poderá ainda organizar outras atividades fora do espaço físico da escola em período não letivo e/ou sem prejuízo das atividades letivas, como passeios, acampamentos ou colónias de férias.
- 4.9. As atividades referidas em 4.8. deverão enquadrar-se, obrigatoriamente, nos objetivos decorrentes do Projeto Educativo de Escola.
- 4.10. As atividades referidas em 4.8. podem resultar da exclusiva iniciativa do agrupamento de Escolas ou de parcerias realizadas com a respetiva Associação de Pais e Encarregados de Educação e/ou outros agentes educativos.
- 4.11. Os alunos e docentes que participam nestas atividades estão cobertos pelo seguro escolar, em território nacional, e por seguro a contratar, em território estrangeiro.
- 4.12. Possíveis danos causados pelos alunos no decurso destas atividades, que se não enquadrem no âmbito do seguro escolar, serão da responsabilidade dos respetivos encarregados de educação ou dos alunos, caso sejam de maior idade.
- 4.13. Considerando as características pedagógicas e didáticas das visitas de estudo e dos intercâmbios, assim como a sua integração no PEE e PAA ou PT, a participação dos alunos tem carácter obrigatório decorrente do dever de assiduidade que lhe assiste.
- 4.14. Poderá o aluno/encarregado de educação (nos casos de menores de 18 anos), em caso de não comparência, vir a justificar o motivo da mesma junto do(a) diretor de turma e do(a) professor(a) responsável pela atividade em questão.
- 4.15. Cabe, obrigatoriamente, aos docentes integrados na visita de estudo ou intercâmbio, desde que não sejam acompanhados pela totalidade dos alunos da(s) turma(s), a disponibilização prévia de um plano de aula e atividades a realizar no respetivo horário letivo.

## 5. Planificação

- 5.1. A planificação da visita de estudo ou intercâmbio será registada em documento próprio (anexo 1 – DM10<sup>1</sup>) a apresentar ao Diretor pelos professores responsáveis, com a antecedência mínima de trinta dias.
- 5.2. Do documento referido em 5.1 deve constar:
- Tema, local, data e itinerário;

<sup>1</sup> DM10 – Documento Modelo 10 – para “Documentos Modelo” – no gabinete de Direção de Turma

(As visitas de estudo são financiadas na totalidade pelos encarregados de educação)

- f) Entregar o montante referente ao pagamento do transporte nos Serviços Administrativos – área de contabilidade.
- g) Convocar uma reunião de encarregados de educação em caso de visitas ao estrangeiro ou de visitas em território nacional com duração superior a 24h;
- h) Organizar para as visitas ao estrangeiro, uma lista com os contactos dos encarregados de educação de todos os alunos presentes e deixar uma cópia na direção de escola;
- i) Informar o Diretor de Turma;
- j) Elaborar, entregar ao Diretor(a) de Turma e colocar no Livro de Ponto, até à véspera da visita, a lista dos alunos participantes, de acordo com os termos de autorização assinados pelos encarregados de educação; o professor organizador deverá ainda, informar a chefe do pessoal auxiliar de ação educativa sobre os professores presentes na visita de estudo;
- k) Elaborar um relatório-síntese da visita, que colocará no respetivo dossiê da(s) turma(s);
- l) Elaborar um relatório, no prazo de quinze dias após a conclusão da atividade e em documento regulamentar (anexo 3 – DM11<sup>1</sup>), a entregar na Direção da Escola.
- 6.2. Cabe aos alunos / encarregados de educação que participam na atividade:
- a) Entregar ao professor responsável o termo de responsabilidade, devidamente assinado pelo encarregado de educação; (Todos os alunos são obrigados a entregar o modelo assinado, tenham ou não autorização para a visita de estudo. Nenhum aluno pode ir a uma visita de estudo sem a entrega de autorização escrita ao professor organizador).
- b) Efetuar o pagamento no prazo que lhes foi indicado;
- c) Solicitar, através do(a) Diretor(a) de Turma, apoio específico, no caso de dificuldades financeiras, de modo que os alunos não sejam impedidos de participar na visita de estudo por tais motivos;
- d) Cabe aos alunos que não participam na atividade, comparecer na escola às atividades previstas no respetivo horário, sem o que deverá ser-lhes marcada falta de presença e todas as disciplinas coincidentes com o horário da visita de estudo, sendo informados os encarregados de educação.

<sup>1</sup> DM11 – Documento Modelo 11 – para “Documentos Modelo” – no gabinete de Direção de Turma

- Razões justificativas da visita;
  - Objetivos específicos;
  - Regime de avaliação dos alunos intervenientes e da atividade;
  - Data de reunião de Pais e EE realizada para aprovação por parte dos mesmos (no caso das visitas com duração superior a 24h);
  - Material necessário;
  - Identificação dos responsáveis e acompanhantes;
  - Guiões de exploração do local a visitar e/ou de orientação pedagógico-didática da atividade;
  - Identificação do(s) planos de ocupação deixados pelos docentes participantes na atividade, tendo em vista os alunos não participantes e/ou outras turmas dos respetivos professores.
- 5.3. Na planificação referente aos recursos humanos, nomeadamente na escolha dos acompanhantes da visita, deverá ter-se em conta:
- a) A relevância pedagógica da visita para as diferentes disciplinas/áreas curriculares e não curriculares, procurando envolver-se os docentes mais adequados para estes fins;
  - b) O rácio professor/aluno: 1 docente por cada 13 alunos.

## 6. Organização

### 6.1. Cabe aos professores responsáveis pela visita de estudo:

- a) Estabelecer os contactos com os locais a visitar que serão, posteriormente, oficializados pelo agrupamento de escolas, através de ofício ou correio eletrónico institucional;
  - b) Solicitar à direção do agrupamento de escolas o contrato com a empresa transportadora;
  - c) Enviar aos encarregados de educação uma circular informativa (anexo 2 – DM08<sup>1</sup>) sobre a visita de estudo, os seus objetivos, os locais a visitar, as disciplinas e turmas envolvidas, a data e o preço e, ainda, o termo de responsabilidade/autorização;
  - d) Recolher e verbe paga pelos alunos e assumir o pagamento a quem de direito;
- (Custo total: transporte, entradas em museus, etc.)
- e) Recolher as autorizações e fazer-se acompanhar por estas no decorrer da visita

<sup>1</sup> DM08 – Documento Modelo 08 – para “Documentos Modelo” – no gabinete de Direção de Turma

- e) A desistência da visita de estudo deve ser comunicada por escrito, pelo encarregado de educação, ao professor organizador, indicando o motivo, até 5 dias úteis antes da visita. Não haverá lugar a qualquer devolução de dinheiro, à exceção dos casos imprevistos e devidamente justificados (doença, falecimento de familiar, etc.). Nestes casos, o pedido de devolução deverá ser feito até três dias úteis depois da visita de estudo.

### 6.3. Cabe aos diretores de turma

- a) Alertar, no início do ano letivo e sempre que se justificar, os encarregados de educação para a importância da participação dos seus educandos nas visitas de estudo;
- b) Responder às dúvidas e pedidos de ajuda dos organizadores de visitas das suas turmas;
- c) Colaborar com o(s) professor(es) organizador(es) nas competências referidas no ponto 4.1.

### 6.4. Cabe ao Conselho de Turma

- a) Agendar as visitas de estudo no Plano Curricular de Turma e colaborar com o professor organizador de forma a melhor agilizar todo o processo (10ºano);
- b) Fundamentar a exclusão dos alunos por motivos disciplinares e assegurar a ocupação plena dos que ficam.

### 6.5. Cabe ao Órgão de Gestão da Escola

- a) Disponibilizar aos interessados a legislação do Ministério da Educação sobre visitas de estudo;
- b) Analisar as propostas recebidas e autorizar ou recusar a sua execução;
- c) Levar a Conselho Pedagógico os pedidos de visitas ao estrangeiro;
- d) Comunicar a saída ao S.A.S.E., para este acionar o seguro escolar.

### 6.6. Cabe ao Conselho Pedagógico

- a) Dar parecer sobre propostas de visitas que lhe sejam apresentadas;

## 7. Outras situações

### 7.1. Incidentes

- a) Após a chegada à escola, os professores apresentam-se na direção devendo participar imediatamente qualquer incidente ocorrido durante a visita de estudo.

### 7.2. Coincidência com aulas

- a) Quando o início da visita de estudo coincide com uma aula, o professor deverá terminá-la 10 minutos antes;
- b) Após a visita de estudo, os professores deverão dar a(s) aula(s) seguinte(s), desde que a chegada ocorra antes do seu início. Se a visita de estudo terminar na hora de almoço deve ser concedido a professores e alunos o tempo necessário para esse efeito.

### 7.3. Registo de ponto e sumário

- a) Os professores organizadores/ acompanhantes devem assinar o livro de ponto, sumariar e numerar a lição na(s) turma(s) que participam na visita de estudo. Nas turmas que ficam na escola assinam também o livro de ponto, escrevem no sumário "O professor foi em visita de estudo" e numeram a lição.
- b) O professor da turma que não participa na visita de estudo deve assinar o livro de ponto. Se tiver alunos, numera a lição e faz sumário; Se não tiver alunos, numera a lição, escreve no sumário "Os alunos foram todos a uma visita de estudo" e informa os auxiliares de ação educativa do bloco e a direção da escola.

O presente Regulamento de Visitas de Estudo, depois de ratificado pelo Conselho Geral, passa a integrar, como anexo, o Regulamento Interno do Agrupamento de Escolas Francisco de Holanda.

Guimarães,

Aprovado em sede de Conselho Pedagógico em 8 de outubro e ratificado em Conselho Geral Transi-tório no dia 13 de outubro de 2014.

ANEXOS

DMO

Ano letivo 20 /20

12 Período

### Plano de Visita de Estudo

PropONENTE: [Departamento, Docente, Direção, Alunos...]	
TEMA:	
Professores responsáveis:	Contactos:
Professores acompanhantes:	Contactos:
Turmas envolvidas:	Nº total de alunos:
Razões justificativas da visita:	
Objetivos específicos:	
Locais a visitar:	
Meio de transporte a utilizar:	
Itinerário:	
Alcance:	
Referências:	
Material necessário:	
Preço total por pessoa:	
Data de reunião de Pais e EE realizada para aprovação por parte dos mesmos (no caso das visitas com duração superior a 24h):	
Guiões de exploração do local a visitar e/ou de orientação pedagógico/didática de atividade:	
Identificação do(s) Plano(s) de Ocupação elaborados pelos docentes participantes na atividade tendo em vista os alunos não participantes e/ou outras turmas dos respetivos pro-	

Professores:	
Regime de avaliação dos alunos intervenientes e da atividade:	
Data:	Hora de partida: Hora de chegada:
Disciplina(s) envolvida(s):	
<b>Integração curricular da atividade</b>	
Com prejuízo de aulas: <input type="checkbox"/>	Sem prejuízo de aulas: <input type="checkbox"/>

( )

DM00

### Visita de Estudo

Ano letivo 2014/2015

Ano/Turma: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ No dia \_\_\_\_\_ do mês de \_\_\_\_\_ de dois mil e \_\_\_\_\_, vai realizar-se uma visita de estudo com o seguinte plano:

PropONENTE: (Departamento, Docentes, Direção, Alunos...)	
Tema:	
Professores responsáveis:	Contactos:
Professores acompanhantes:	Contactos:
Turmas envolvidas:	Nº total de alunos:
Razões justificativas da visita:	
Objetivos específicos:	
Local a visitar:	
Meio de transporte a utilizar:	
Itinerário:	
Alojamento:	
Refeições:	
Preço total por pessoa:	
Regime de avaliação dos alunos intervenientes e da atividade:	
Data:	Hora de partida: Hora de chegada:
Disciplina(s) envolvida(s):	

#### Integração curricular da atividade

Com prejuízo de aulas:  Sem prejuízo de aulas:

Data: \_\_\_\_\_ O Professor responsável

\_\_\_\_\_

(a devolver ao Diretor de Turma)

Página 4 de 7

### Autorização

Tomei conhecimento de visita de estudo a realizar no dia \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_ e autorizo o(s) meu(s) educando(s) \_\_\_\_\_ nº \_\_\_\_\_ do ano/turma \_\_\_\_\_ a participar.

O(A) Encarregado(a) de Educação

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

Página 5 de 7

DM01

Ano letivo 20\_\_\_/20\_\_\_

1.º Período

### Avaliação da Visita de Estudo

PropONENTE (Departamento, docentes, Direção, Alunos...)	
Professores responsáveis:	
Professores acompanhantes:	
Turmas envolvidas:	Nº total de alunos:
Local a visitar:	
Calendarização:	

#### Avaliação da atividade

Intervenientes	Avaliação		
Alunos	A preparação da visita foi:		
	Insuficiente	Suficiente	Bem conseguida
	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
	Durante a visita, as atividades foram:		
	Pouco interessantes	Interessantes	Muito interessantes
	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Professores das disciplinas envolvidas	O comportamento do grupo foi:		
	Pouco Satisfatório	Satisfatório	Bom
	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
	Outras Observações:		
Modalidade de avaliação implementada com os alunos:			
A preparação da visita foi:			
	Insuficiente	Suficiente	Bem conseguida
	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Durante a visita, as atividades foram:			
	Pouco interessantes	Interessantes	Muito interessantes
	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

Página 6 de 7

O comportamento do grupo foi:

Pouco Satisfatório  Satisfatório  Bom

Sugestões para próximas atividades:

Guimarães, de \_\_\_ de 20\_\_.

Assinatura do professor responsável:

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

Página 7 de 7

Documento disponível em:

<http://www.aefh.pt/Documentos/IDENT%20-%20Regulamento%20das%20visitas%20de%20estudo.pdf>

Consultado a: 12 de Abril de 2016

## Anexo II

# Regulamento das Visitas de Estudo do Agrupamento de Escolas de Eugénio de Castro



Documento disponível em:

[http://www.escolaeugeniodecastro.pt/PDF/documentos/REGIMENTO\\_DAS\\_VISITAS\\_DE\\_ESTUDO.p  
df](http://www.escolaeugeniodecastro.pt/PDF/documentos/REGIMENTO_DAS_VISITAS_DE_ESTUDO.pdf)

Consultado a: 12 de Abril de 2016

## Anexo III

### Regulamento das Visitas de Estudo do Agrupamento de Escolas do Monte de Ola



#### Índice

1. Definição
2. Planificação e organização da visita de estudo
3. Procedimentos administrativos
4. Aprovação e autorização
5. Contabilização de aulas e sumariação
6. Intercâmbios escolares
7. Visitas de estudo ao estrangeiro
8. Aulas no exterior
9. Âmbito de aplicação
10. Avaliação
11. Legislação de referência



#### 1. Definição

- 1.1. As visitas de estudo são atividades curriculares, organizadas por professores, para os alunos, realizadas fora do espaço escolar, destinadas a desenvolver conteúdos das áreas disciplinares e/ou competências transversais.
- 1.2. As visitas de estudo são parte integrante do Plano Anual de Atividades do Agrupamento e do Plano de Trabalho de Turma (PTT) ou do Projeto Curricular de Grupo Turma (PCGT), pelo que as respetivas propostas deverão ser aprovadas pelos Conselhos de Turma/ Departamentos Curriculares e Conselhos de Docentes, que as submeterão à análise do Conselho Pedagógico.
- 1.3. Consideradas as características pedagógicas e didáticas das visitas de estudo, assim como a sua integração nos documentos orientadores da vida escolar, a participação dos alunos tem caráter obrigatório decorrendo do dever de frequência e assiduidade que lhes assiste.

#### 2. Planificação e organização da visita

- 2.1. A conceção da proposta de visita de estudo deverá ocorrer no início do ano letivo, e partirá das reuniões de planificação dos Conselhos de Turma, Conselhos de Docentes e Departamentos Curriculares, aquando da análise dos programas das disciplinas e/ou das planificações anuais dos projetos.
- 2.2. Na calendarização e organização das visitas de estudo deverão ser observados princípios de otimização de recursos. Dever-se-á ainda evitar a realização das mesmas no 3º período, tendo em consideração a proximidade das avaliações finais, sugerindo-se a sua programação para os 1º e 2º períodos.
- 2.3. O professor organizador procede às diligências inerentes à realização da visita de estudo, garantindo os professores necessários ao acompanhamento; solicitando nos serviços administrativos uma declaração de idoneidade com a identificação da Escola, atividade, grupo de professores e número de alunos;



levando consigo colete retrorrefletor e raqueta de sinalização, toda a documentação ou correspondência que a ela diga respeito; estabelecendo os contactos necessários ao transporte, alojamento, refeições, orçamentos e/ou outros.

- 2.4. O rácio professor/ aluno deverá variar com a idade dos alunos considerando-se o estipulado na lei: um docente/ acompanhante por cada 10 alunos no ensino pré-escolar, 1º e 2º ciclo; um docente por cada 15 alunos no 3º ciclo do ensino básico e no ensino secundário. Nas AEC o rácio é de 2 adultos por cada grupo de 25 crianças.
- 2.5. Sempre que a visita de estudo integre alunos com necessidades educativas especiais, com limitações motoras e/ou mentais, deverá haver a presença de um professor dos Serviços Especializados de Apoio Educativo/ acompanhante.
- 2.6. Os professores integrados na visita de estudo, desde que não sejam acompanhados pela totalidade dos alunos da(s) turma(s), disponibilizam planos de aula/atividades a realizar no respetivo horário letivo. Quando, por razões da visita, faltarem a outras turmas, também disponibilizam planos de aula/atividades para essas turmas. Se assim o entenderem, os professores podem operacionalizar, com a devida antecedência, uma permuta ou reposição de aula.
- 2.7. No 2º e 3º ciclo e Secundário, o professor organizador deverá informar os restantes professores do Conselho de Turma sobre a data desta atividade, afixando a informação no placar da sala dos professores, com, pelo menos, cinco dias úteis de antecedência, assim como a listagem dos alunos participantes.
- 2.8. A preparação da visita deve ser organizada, envolvendo o mais possível os alunos em todas as fases do processo.
- 2.9. A desistência de uma visita de estudo deve ser comunicada por escrito, pelo Encarregado de Educação ao professor organizador, indicando o motivo, antes da sua realização. Quando ocorra essa desistência, no caso de ter havido comparticipação financeira por parte do Encarregado de Educação, não há

lugar a reembolso, uma vez que os compromissos de reserva já foram assumidos com os locais/instituições a visitar ou com os transportes.

- 2.10 No caso de haver um número reduzido de alunos (até 10%) que não participe na visita de estudo, pode o diretor decidir pela sua permanência na residência durante o período em que esta decorre, podendo igualmente ser-lhe atribuídas tarefas pelos professores do conselho de turma. Os encarregados de educação devem assinar e devolver um documento ao DT em como tomaram conhecimento deste ponto.
- 2.11 No 2.º, 3.º ciclos e secundário, no caso de um grupo de alunos superior a 10% não participar na visita e se apresentar na escola para as atividades letivas previstas no seu horário, tem direito a ter aulas com os docentes que não participam na visita de estudo ou realizar tarefas de substituição cuja definição compete aos professores cujas disciplinas estejam envolvidas. Essas tarefas deverão ser realizadas na escola ou em casa.
- 2.12 Possíveis danos causados pelos alunos no decurso das atividades em questão e que não se encontrem abrangidos pelo seguro escolar serão da responsabilidade dos encarregados de educação/família dos mesmos.
- 2.13 Todo o processo relativo às visitas de estudo deverá ser arquivado nos dossiês das turmas e de departamentos envolvidos.

### 3. Procedimentos administrativos

Na planificação das visitas de estudo dos alunos do 2.º, 3.º ciclo e Secundário, os organizadores devem ter os seguintes procedimentos:

- elaborar a planificação da visita (anexo I);
- solicitar orçamentos a 3 empresas de transporte;
- entregar nos serviços de contabilidade do agrupamento o plano da visita acompanhado da relação de necessidades; os 3 orçamentos e a lista dos alunos que vão à visita de estudo;

- após autorização do Conselho Administrativo o organizador será informado do valor que cada aluno terá de pagar, transporte e eventuais visitas, através dos serviços do GIAE;
- após o pagamento, o professor responsável deverá recolher junto dos alunos, os talões comprovativos do pagamento e entregar nos serviços de contabilidade, acompanhado da respetiva lista de alunos;
- o valor das entradas é pago pelos serviços administrativos diretamente à instituição.

Na planificação das visitas de estudo dos alunos do 1º e 2º ciclo, os professores titulares devem ter os seguintes procedimentos:

- elaborar a planificação da visita (anexo I);
- solicitar orçamentos a 3 empresas de transporte;
- entregar nos serviços de contabilidade do agrupamento o plano da visita acompanhado da relação de necessidades; os 3 orçamentos e a lista dos alunos que vão à visita de estudo;
- após autorização do Conselho Administrativo o Professor titular será informado do valor que cada aluno terá de pagar;
- o professor terá de recolher junto dos alunos o valor a pagar e fazer a entrega deste nos serviços do GIAE da sede do agrupamento;
- posteriormente terá de entregar junto dos serviços de contabilidade os comprovativos de pagamento, acompanhados das listagens dos alunos;
- o valor das entradas é pago pelos serviços administrativos diretamente à instituição.

### 4. Aprovação e Autorização

- 4.1. Cada professor pode, por iniciativa própria ou a partir de sugestões dos alunos, em articulação com o respetivo Departamento Curricular ou, em alternativa, com os membros de um Conselho de Turma, propor a organização de uma visita de estudo, devendo ser aprovada respetivamente, pelo Conselho de Turma/Professor Titular de Turma e Conselho Pedagógico.
- 4.2. Compete à Direção submeter a proposta referida no ponto anterior à apreciação do Conselho Pedagógico, como parte integrante do Plano Anual de Atividades.
- 4.3. As visitas de estudo carecem de autorização escrita dos encarregados de educação (Anexo II) dos alunos envolvidos. Para tal devem ser informados, com pormenor, dos objetivos e eventuais custos da visita, dos percursos a realizar, dos locais a visitar e dos transportes a utilizar, incluindo garantias de segurança do seu educando. O professor organizador deve, recolher e guardar a autorização escrita dos encarregados de educação.
- 4.4. Depois de aprovadas, as visitas de estudo passam a estar abrangidas pelo seguro escolar.
- 4.5. Recomenda-se que o número de Visitas de Estudo por ano e turma seja equilibrado, de modo a evitarem-se exoessos, procurando minimizar o prejuízo das aulas.
- 4.6. Deverá ser emitida uma autorização pela DGESTE, no caso de visitas superiores a três dias em território nacional, preenchendo o anexo III com a anteoedência mínima de 30 dias úteis a contar da data prevista para o início da visita.
- 4.7. Após a sua aprovação, as visitas de estudo/intercâmbios culturais, em território nacional, passam a constar do projeto curricular de turma, do Plano Anual de Atividades e são cobertas pelo Seguro Escolar.
- No caso destas atividades se realizarem em território estrangeiro, deverá a escola enviar atempadamente o comprovativo do seguro de viagem, que deverá mencionar o número dos segurados.

- 4.8. Sem detrimento do dever de vigilância e custódia que recai sobre as funções dos professores em qualquer atividade, deverão ser objeto de coresponsabilização das famílias os eventuais danos que os alunos venham a causar no decurso da mesma que não estejam cobertos pelo seguro escolar, independentemente de qualquer procedimento disciplinar.
- 4.9. As vistas de estudo são atividades letivas obrigatórias para todos os alunos da turma ou para um conjunto de turmas para o qual foram estruturadas.
- 4.10. As viagens de alunos finalistas são da responsabilidade dos professores organizadores e poderão ser consideradas visitas de estudo se estiverem em consonância com o Projeto Educativo, com o Plano Anual de Atividades do Agrupamento e aprovadas pelo Conselho Pedagógico.
- 4.11. A participação de alunos que tenham sido alvo de procedimento disciplinar e consequente aplicação de medidas educativas durante o ano letivo estará dependente da Direção, sob proposta do respetivo Diretor de Turma.
- 4.12. São permitidas visitas de estudo de oportunidade (não previstas), sempre que fique demonstrada a sua impossibilidade de inclusão no plano de atividades, aprovado no início do ano letivo, devendo as propostas ser remetidas a Conselho Pedagógico em tempo útil.

### 5. Contabilização de aulas e sumarização

- 5.1. Para contabilização das respetivas aulas devem observar-se os seguintes procedimentos:
- o(s) professor(es) promotor(es) e acompanhantes da visita deve(m) numerar a aula e sumarizar as aulas da(s) turma(s) que faz(em) a visita de estudo;
  - todos os outros professores da turma devem sumarizar com o motivo pelo qual não lecionaram essa(s) aula(s), não as numerando;
  - no caso de haver alunos que não participem da visita de estudo a aula é efetivamente dada, não podendo ser lecionados novos conteúdos;

- 5.1.4 o(s) professor(es) acompanhante(s) devidamente autorizado(s), que não pertença(m) ao Conselho de Turma, deve(m) sumariar a lição com o motivo pelo qual não lecionou(naram) essa(s) aula(s), não a(s) numerando.
- 5.2. Os professores colaboradores devem:
- 5.2.1 deixar um plano de aula para os alunos que faltarem à visita – o acompanhamento destes alunos será garantido por um professor que se encontre em serviço não letivo.
- 5.2.2 deixar os planos de aula correspondentes às turmas a que não vai dar aula.
6. Intercâmbios escolares
- 6.1 A organização de intercâmbios escolares seguirá os mesmos princípios pedagógicos e organizacionais, bem como as normas constantes do Despacho nº 28/ME/01, de 28 de março.
- Os intercâmbios escolares podem revestir duas modalidades, segundo o momento da sua realização:
- 6.1.1 em período de interrupção das atividades letivas:
- os grupos podem ser constituídos por alunos de uma ou mais turmas;
  - a proposta deve ser apresentada na ficha cujo o modelo constitui o anexo III e enviada à DGESTE com a antecedência mínima de 30 dias, a contar da data prevista para o início do intercâmbio;
- 6.1.2 em período letivo:
- os intercâmbios não devem exceder 7 dias úteis e, nesta situação, os grupos participantes devem abranger todos os alunos de uma mesma turma e os professores acompanhantes não podem ser mais do que 3;
  - a proposta deve ser enviada à DGESTE até ao dia 30 de outubro.

## 9. Âmbito de aplicação

Para que uma visita de estudo se realize, terão de participar pelo menos 75% dos alunos da turma, não sendo aceitável a exclusão de qualquer aluno por motivos económicos. Quando um aluno não participe na visita de estudo por decisão do encarregado de educação, este deverá assumi-la e fundamentá-la por escrito junto do diretor de turma.

## 10. Avaliação

- 10.1 Após a realização da visita de estudo, esta deverá ser objeto de avaliação por parte dos seus intervenientes (alunos e professores) para apresentar ao conselho pedagógico.
- 10.2 A avaliação deve formalizar-se mediante o preenchimento de um relatório de avaliação (formulário on-line) da visita de estudo pelo responsável pela organização da visita.

## 11. Legislação de referência

- [Despacho 28/ME/1991](#) - Regulamento das visitas de estudo ao estrangeiro e intercâmbio escolar.
- [Ofício Circular DREN 21/2004](#) - Visitas de estudo (em território nacional e ao estrangeiro), intercâmbios escolares, passeios escolares e colónias de férias.
- [Ofício Circular nº 2/2005 de 4 de janeiro](#) - Visitas de estudo ao estrangeiro e em território nacional, intercâmbios escolares, passeios escolares e colónias de férias.
- [Ofício Circular DREN 1/2009](#) - Equiparação de visitas de estudo a atividades letivas.
- [Lei 13/2006](#) - Regime Jurídico do transporte coletivo de crianças.
- [Portaria 1350/2008](#) - Regulamenta a atividade de transporte coletivo de crianças.

## 7. Visitas de estudo ao estrangeiro

- 7.1 A proposta de deve ser apresentada na ficha cujo modelo constitui o anexo III e enviada à DGESTE com a antecedência mínima de 30 dias a contar da data prevista para o início da visita. A organização deste tipo de visitas seguirá os mesmos princípios pedagógicos e organizacionais, bem como as normas constantes do Despacho nº 28/ME/01, de 28 de março.
- 7.2 A deslocação ao estrangeiro de aluno menor de idade obriga a autorização escrita do encarregado de educação, com assinatura(s) oficialmente reconhecida(s), da qual constem, entre outros, os seguintes elementos: nome, morada, data de nascimento e n.º do BI/Cartão de Cidadão do aluno; país a visitar, data(s) da visita; nome e n.º do BI/Cartão de Cidadão do professor(es) acompanhante(s).
- 7.3 Nos termos da legislação em vigor, a realização de visitas de estudo ao estrangeiro obriga à contratação prévia de um seguro de viagem para cada um dos participantes.

## 8. Aulas no exterior

- 8.1 As aulas a ministrar no espaço exterior do recinto escolar carecem de autorização do coordenador do estabelecimento de ensino ou direção, desde que se limitem à área circundante da escola e esta não ofereça condições que possam pôr em perigo a integridade física dos alunos.
- 8.2 As aulas a ministrar em locais afastados da escola implicam também e sempre a autorização escrita dos encarregados de educação.
- 8.3 Quando uma aula a ministrar no exterior do recinto escolar implique anulação ou perturbação de aulas de outras disciplinas, ou grupos/turma previstos para horas imediatas, para aquele dia ou seguintes, é necessária a autorização do conselho pedagógico.

Vila Nova de Anha, 03 de setembro de 2015

Aprovado em Reunião do Conselho Pedagógico de 03 de setembro de 2015

Coordenadora dos Projetos: Alexandrina Rocha

Adjunto da Direção: Eduardo Caldas



Anexo I

PLANIFICAÇÃO DE VISITAS DE ESTUDO

Professor/es Organizador/es:			
Professores Acompanhantes:			
Turmas:		Nº Total de alunos:	
Local de visita:			
Data:			
Horários:	Partida	Chegada	
Meio de Transporte			

Orçamento				
Transportes	Alimentação	Entradas	Outros	Total

Roteiro de visita (Itinerário e locais a visitar)

--

Integração Curricular da Atividade/Avaliação

Disciplina/s	Objetivos	Atividades	Avaliação

Professor/es Organizador/es: \_\_\_\_\_ Data: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Aprovação		
Departamento/Conselho de Turmas/	Conselho Pedagógico	Diretora
Data		
Rubrica		

NOTA: Anexo 3 organismos de autocontrolo e/ou outro material de referência de orientação para a visita.



Anexo II

AUTORIZAÇÃO DE VISITA DE ESTUDO / AULA NO EXTERIOR

Excmº Sr.

Encarregado(a) de Educação

Nó(s) dia(s) \_\_\_\_\_ do mês de \_\_\_\_\_ de 20\_\_ vai realizar-se uma visita de estudo / aula no exterior a \_\_\_\_\_ com o seguinte plano:

Objetivos:	_____
Atividades:	_____
Itinerário:	_____
Saída da escola às _____ horas; Chegada prevista às _____ horas.	
Meio de transporte a utilizar _____ Custo _____ Euros	

Professor(es) responsável(eis): \_\_\_\_\_

Professor(es) acompanhante(s): \_\_\_\_\_

Turmas /Alunos participantes: \_\_\_\_\_

Material Necessário: \_\_\_\_\_

Observações: \_\_\_\_\_

Professor(es) responsável(eis)

De:

Contar e devolver ao professor responsável pela visita (sem esta autorização o aluno não pode participar na visita de estudo)

Eu, \_\_\_\_\_, Encarregado de Educação do(a) aluno(a) \_\_\_\_\_, n.º \_\_\_\_\_, de turma \_\_\_\_\_, Autorizo/NÃO Autorizo (marcar o que não interessa) o meu educando a participar na visita de estudo a \_\_\_\_\_ a realizar no dia \_\_\_\_\_, junto envio \_\_\_\_\_ Euros para compensação nos custos da visita de estudo.

Data: \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20\_\_

Encarregado de Educação: \_\_\_\_\_



Anexo III

PLANIFICAÇÃO DE INTERCÂMBIO ESCOLAR/VISITAS DE ESTUDO AO ESTRANGEIRO

Professor/es Organizador/es:	(Nome + categoria profissional):			
Professores Acompanhantes:	(Nome + categoria profissional):			
Turmas:		Nº Total de alunos:		
Local de visita:				
Data:				
Horários:	Partida:	Horas	Chegada:	Horas
Meio de Transporte				

Orçamento				
Transportes	Alojamento	Estadia	Seguro de viagem	Total de Encargos

Roteiro de visita (Itinerário e locais a visitar)

--

Integração Curricular da Atividade/Avaliação

Disciplina/s	Objetivos	Atividades	Avaliação

Plano de ocupação dos alunos não abrangidos pelo intercâmbio escolar/visita de estudo

--

Se lhe foi atribuído algum subsídio pelo Ministério de Educação? \_\_\_\_\_ Ano letivo? \_\_\_\_\_

Declaro que se encontram arquivadas no dossiê do intercâmbio/visita de estudo, as declarações de autorização dos encarregados de educação dos alunos menores e que se procedeu ao necessário seguro de viagem e estadia.

A Diretora

(Carimbo no lado branco)

Aprovação em Conselho Pedagógico	Autorização em reunião com os Encarregados de Educação
____/____/____	____/____/____

Documento disponível em:

<http://www.escolasmontedaola.pt/wp-content/uploads/2015/04/Regulamento-das-Visitas-de-Estudo.pdf>

Consultado a: 24 de Abril de 2016

## **Anexo IV**

### **Exemplo de abordagens às visitas de estudo em programas curriculares e manuais escolares**

**A - História e Geografia de Portugal, Organização Curricular e Programas, Vol. I, Ministério da Educação, página 96**

#### *Visitas de estudo/Trabalho de campo*

Devem ter, sempre que possível, um carácter interdisciplinar, devendo os alunos participar na sua preparação, de forma a sentirem-se mais motivados e responsabilizados pelas tarefas a realizar e pelos objectivos a alcançar.

Para além do seu carácter lúdico, permitem a observação directa do meio e o contacto directo com as fontes primárias (peças museológicas, monumentos, documentos de arquivo), podendo contribuir para o desenvolvimento do espírito de observação e da sensibilidade estética.

**Documento disponível em:**

<http://www.dge.mec.pt/historia-e-geografia-de-portugal>

**Consultado a:** 20 de Março de 2016

# B – Viajário, complemento do manual de História para o 8º ano de escolaridade, Porto Editora

## Viajário

### Planificação de uma visita de estudo

O sucesso de uma visita de estudo depende de alguns princípios básicos, que devem ter em conta as características específicas da turma, o grau de ensino e o nível etário dos alunos. Por conseguinte, a planificação é essencial. Sugérimos algumas etapas a considerar:

#### Definição dos objetivos da visita de estudo

Embora cada visita de estudo tenha a sua especificidade, de acordo com o âmbito da mesma, podemos enumerar alguns objetivos gerais das visitas de estudo:

- atenuar o verbalismo das aulas;
- aproximar o aluno da realidade;
- enriquecer a experiência do aluno pelo contacto com vestígios históricos;
- desenvolver o espírito de observação e o espírito crítico;
- desenvolver o espírito de investigação: coleta de dados/documentos, análise, crítica, etc.;
- aplicar instrumentos de observação/investigação;
- recolher dados significativos de utilização futura, relacionados com os conteúdos específicos (domínio cognitivo) ou com o papel formativo da disciplina ou das disciplinas;
- promover a interdisciplinaridade;
- relacionar a escola com a comunidade;
- suscitar o despertar de "voações" profissionais;
- proporcionar momentos de convivência, sentido de camaradagem e cooperação (turma, escola, interestaduais...).

#### Preparação da visita de estudo

1. Visitar previamente o local.
2. Solicitar autorização/participação:
  - das entidades escolares;
  - dos pais/encarregados de educação;
  - da instituição a ser visitada ou do organismo do qual depende.
3. Escolher o transporte:
  - saber os preços;
  - saber os horários;
  - saber o itinerário;
  - confirmar a visita e escolher o transporte.
4. Determinar acompanhantes: professores, funcionários, pais/encarregados de educação.
5. Preparar os alunos:
  - integrar a visita de estudo numa determinada Meta Curricular;
  - aula de sensibilização ao tema, através de uma análise superficial de documentos e de alguns elementos que vão ser objeto da visita, por exemplo, através da exploração dos *Viajários do Manual*;
  - levantamento dos dados essenciais a ter em conta para uma boa realização da visita:
    - dia;
    - local/hora de partida e previsível chegada;
    - materiais que cada aluno deve levar, fornecidos ou não pelo professor.

Manual História 8  
MUSEU\_VI\_01

Viajário

Viajário

### Realização da visita de estudo

Há dois tipos de visita de estudo, pela qual podemos optar:

- **Visita guiada** – o professor ou um monitor do local a visitar conduz esta situação de aprendizagem, explicando e transmitindo conhecimentos. Este tipo de visita resulta melhor com uma curta duração e com um número reduzido de alunos.
- **Visita por descoberta** – através de um método de descoberta intencional e orientado por um conjunto de questões a que os alunos vão tentar dar resposta, os alunos aprendem a analisar e a pensar sobre o que estão a observar, relacionando com os conteúdos da disciplina de História e outras disciplinas.

Em qualquer um dos casos, é fundamental que haja uma preparação prévia da visita, com uma explicação e contextualização do trabalho a realizar durante a mesma. Deve haver uma ficha ou guião de orientação e registo.

Exemplos de guiões de visita de estudo:



### Avaliação da visita de estudo

A visita de estudo deve ser sempre objeto de avaliação. Esta avaliação é sempre formativa, mas pode fornecer elementos para a avaliação sumativa.

O aproveitamento dos dados colhidos na visita de estudo pode ser feito:

- por disciplina;
- interdisciplinarmente;
- na ficha de avaliação da visita (formativa);
- num relatório;
- numa apresentação em PowerPoint\*, eventualmente executada pelos alunos;
- na exposição de materiais ou outros elementos, como fotografias, etc.;
- na inclusão de elementos (cognitivos) no teste sumativo do subdomínio;

A avaliação da forma como decorreu a visita também deve ser feita, destacando-se os aspetos positivos e os aspetos negativos.



Exemplos de relatórios de avaliação.

Manual História 8  
MUSEU\_VI\_01

1

2

Manual História 8

## Visitas de estudo a museus

### O Museu e a Escola

A Escola deve tentar estabelecer uma relação próxima com o meio envolvente. A formação integral do aluno passa tanto pela instrução dos conteúdos académicos como pela educação interdisciplinar e pela formação no domínio dos valores essenciais. A Escola pode contribuir para desenvolver nos jovens de hoje valores como a solidariedade, o respeito e a tolerância com o próximo, o interesse e a valorização da cultura e história locais e a preservação do património. Valores estes que certamente contribuirão para um crescimento harmonioso que fará dos jovens de hoje melhores adultos no amanhã.



Museu do Carmo, Lisboa.



Museu das Cochas, Lisboa.

O Museu pode contribuir para a formação nestes valores. Educar não é uma função exclusiva da Escola; tal ato pertence a uma equipa muito mais vasta da qual o Museu pode fazer parte. Se educar consiste na relação interativa de transmitir conhecimentos, o Museu torna-se um espaço privilegiado de educação, na medida em que não só transmite conhecimentos, como também gere a memória coletiva e tem uma função importante na recolha, na apresentação, no estudo e na animação do património local/regional.

O Museu não se confina ao edifício que ocupa, ele pode ser muito mais do que isso.

Para além das coleções que contém, o Museu pode englobar o centro histórico da cidade, a igreja que lhe está próxima, o pelourinho, o fontanário, a estátua... em suma, a memória da comunidade em que se insere.

O Museu desempenha assim um papel ativo e interveniente na comunidade em que está inserido. Neste sentido, os museus e as escolas podem, juntos, dar um importante contributo para a educação patrimonial e cívica do povo português.

A Escola e o Museu, em conjunto, podem:

- preservar e divulgar a memória coletiva;
- preservar, estudar e divulgar o património;
- debater problemas que afetam o meio;
- promover colóquios sobre história local/regional ou mesmo nacional;
- promover workshops, conjugando o desenvolvimento da criatividade com a educação para a preservação do património.

Manual História 8

Viajário

Viajário

### Sugestões metodológicas



Palácio da Pena, Sintra.

A visita a um museu permite-nos o contacto direto com obras de arte. Quando observamos uma obra de arte, estabelecemos com ela um diálogo silencioso. A nossa imaginação e a nossa vivência partilham desta observação e influenciam-na.

Nem sempre os alunos estão preparados para observar uma obra de arte. O professor poderá ajudá-lo a descobrir com o olhar, passando assim de um olhar passivo para uma observação ativa e interessada.

É necessário explicar aos alunos o que é um museu. Este não constitui um túmulo da memória, mas uma memória viva. Todas as peças que ali se encontram pertencem em tempos a particulares ou a instituições (igrejas, conventos, câmaras municipais, escolas...). As peças fazem parte do dia a dia das pessoas, não foram criadas para estarem no museu. O museu é que foi criado para preservar, estudar e divulgar essas peças.

#### A visita ao museu:

- Quando chegar ao museu, não entre de imediato. Faça uma pequena pausa para o apresentar e para suscitar nos alunos a curiosidade e respeito do que irão observar.
- Sensibilize os alunos para a importância da preservação das peças. As peças encontram-se no museu para aí conhecermos, mas também para estarem protegidas. Não podemos tocar nas peças expostas porque o toque ou mesmo a humidade das mãos as deteriora.
- Se o museu for muito grande ou tiver mais do que uma exposição, não pretenda explorá-lo todo de uma vez. Selecione uma ou mais partes tendo em conta os interesses da turma – alguns alunos após uma hora ainda querem ver mais, outros passada meia hora já se mostram cansados.
- Incentive a observação. Evite transmitir de imediato a informação; é importante que todos sintam que o seu modo de ver também é importante e pode ajudar na leitura da peça. Resista à tentação de ler de imediato as informações. Experimente tapá-las e comece por colocar algumas questões. Surgirão pistas, hipóteses, algumas deduções, poderão sugerir um título para a obra... ao destapar a informação certamente haverá reações de surpresa!
- Se a observação de uma determinada peça estiver a ser produtiva, demore mais algum tempo, mesmo que para isso tenha de deixar de ver outras já planeadas.

É fundamental desenvolver nos alunos o gosto pela arte e pela preservação do património e da memória coletiva. Neste domínio, o contributo do museu revela-se da maior importância.



Museu Romântico, Porto.

Manual História 8

3

4

Manual História 8

# Visita de estudo

Escola: \_\_\_\_\_ Data: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
 Nome: \_\_\_\_\_ N.º: \_\_\_\_\_ Turma: \_\_\_\_\_

**Nota o seu visita  
 no Magalhães das  
 pp. 50 e 51  
 do seu Manual**

## Nau quincentista em Vila do Conde



### Metas a trabalhar:

1. Conhecer e compreender o plano-terro português no processo de expansão europeia.

### Objetivos:

- Conhecer as condições técnicas e científicas que possibilitaram o arranque da expansão portuguesa.
- Desenvolver a capacidade de observação, análise e comunicação dos alunos.
- Sensibilizar para a preservação do património histórico-cultural.
- Promover o trabalho de equipa e a sociabilidade entre alunos e docentes.

### Conteúdos abordados:

- O arranque da expansão marítima

### Interdisciplinaridade:

- História
- Geografia
- Matemática

1. Completa a tabela de identificação da nau quincentista:

Data da construção	
Materiais de construção	
Instrumentos de orientação	
Utilização atual	
Estado de conservação	
Autenticidade	

2. Que vantagens apresentavam as naus relativamente às caravanas?

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

3. Qual era a rota comercial mais lucrativa para o reino de Portugal?

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

Modelo: História 8

Viagem

Visitas

4. Assinala no mapa:
- a) os continentes e os oceanos
  - b) a rosa dos ventos
  - c) a rota comercial
  - d) as mercadorias
  - e) a região de origem
  - f) o porto de Lisboa



5. O que se fazia na Alfindega Régia?

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

6. Calcula o imposto a pagar ao rei por três arrobas de grãos de pimenta.

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

7. Assinala os conceitos que se relacionam com a visita que fizeste:

- Monopólio régio
- União Ibérica
- Navegação astronómica
- Feitoria
- Navegação do cabotagem
- Restauração da Independência
- Renascimento

8. Constrói um texto em que utilizes corretamente os conceitos adequados.

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

5

6

Modelo: História 8



Onde encontras a Matemática e a Geografia, nos outros monumentos que visitaste?

Colo aqui os exemplos com esses elementos identificados, conforme o exemplo. Sé perspicaz!



Figuras geométricas: (Matemática)

Modelo: História 8

7

# Visita de estudo

Escola: \_\_\_\_\_ Data: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
 Nome: \_\_\_\_\_ N.º: \_\_\_\_\_ Turma: \_\_\_\_\_

**Nota o seu visita  
 no Magalhães das  
 pp. 78 e 79  
 do seu Manual**

## Museu Judaico de Belmonte

1. Identifica a personalidade representada na estátua.

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

2. Em que se destacou essa personalidade?

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

3. Em que estilo decorativo está construída a janela do castelo de Belmonte?

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

4. Regista as características desse estilo que consigues observar na janela.

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_



### Metas a trabalhar:

4. Compreender os séculos XV e XVI como período de ampliação dos reinos de influência cultural das sociedades.

### Objetivos:

- Relembrar a intervenção das perspetivas dos Judeus que culminaram na expulsão ou na conversão forçada em muitos territórios da Europa Ocidental, com destaque para o caso português.
- Desenvolver a capacidade de observação, análise e comunicação dos alunos.
- Sensibilizar para a preservação do património histórico-cultural.
- Promover o trabalho de equipa e a sociabilidade entre alunos e docentes.

### Conteúdos abordados:

- Reforma e Contrarreforma

### Interdisciplinaridade:

- História
- Português
- Geografia
- Religião e Moral



Janela do Castelo de Belmonte.

Modelo: História 8

8

Documento disponível em:

[http://www.portoeditora.pt/conteudos/emanuais/emanuais2014/31390/recursos/mh8\\_viajario.pdf](http://www.portoeditora.pt/conteudos/emanuais/emanuais2014/31390/recursos/mh8_viajario.pdf)

Consultado a: 27 de Junho de 2016

## Anexo V

### Exemplos de elementos pedagógicos promovidos pelo projecto O Património

#### Apresentação

##### Elementos do projeto

- **Exposição itinerante**  
Um conjunto de 15 painéis portáteis que apresentam, de forma gráfica e apelativa, as diversas tipologias do património.
- **Itinerários pedagógicos**  
Visitas didáticas a instituições ou locais representativos dos diversos tipos de património.
- **Guia do professor**  
Um guia completo (sugestões de exploração, propostas de atividades e visitas de estudo, etc.), para que os professores possam aprofundar e trabalhar o tema do património com os seus alunos.



#### Tabela de conteúdos da exposição





## Itinerários pedagógicos

### O património Dar um futuro ao passado 12 itinerários pedagógicos

Um projeto pedagógico multidisciplinar para valorizar a riqueza patrimonial do nosso país.

Participação gratuita / Visitas guiadas / Inclui material didático / Vagas limitadas

- Nos itinerários, será entregue o guia do professor e outros materiais didáticos com informação mais completa sobre o projeto.
- Podem participar professores de todas as disciplinas e ciclos. A realização do evento está condicionada a um número mínimo de inscritos e está limitada ao número de vagas existentes.

[INSCREVA-SE AQUI](#)



ITINERÁRIOS	LOCALIDADE	DESCRIÇÃO
<b>9 abril 2016</b>		
Fábrica da Lidergraf	Vila do Conde	Visite uma das maiores e mais modernas gráficas de Portugal e conheça todo o processo de fabricação do livro.
<b>30 abril 2016 (10h/13h)</b>		
Fábrica e Museu do Chocolate	Viana do Castelo	Este é um espaço totalmente dedicado a todos os apaixonados pelo chocolate, aos gulotos e aos mais ou menos gulotos, aos curiosos e aos interessados pela história e pela origem das coisas. Um espaço dedicado a todos os que pretendem ingressar numa emocionante viagem, pelo tempo, pelo passado do chocolate, pelas origens do cacau. <b>Inclui degustação.</b>

Documento disponível em: <http://www.santillana.pt/?q=N//patrimonio>

Consultado a: 15 de Abril de 2016

## Anexo VI

### Guião do questionário aberto

#### As visitas de estudo no sistema educativo português

Desde já agradecemos a disponibilidade para responder ao presente questionário!

O seu contributo é fundamental para o êxito deste estudo empírico!

A presente investigação, intitulada de "As visitas de estudo no sistema educativo português", propõe-se a pesquisar sobre o valor pedagógico e social que o sistema educativo português atribui às visitas de estudo. Para o efeito, foi escolhida como técnica metodológica um questionário aberto dirigido a informantes-chave.

Informantes-chave:

- Elemento interveniente na formulação de programas ou metas curriculares;
- Coordenador(a) ou Professor(a) da formação inicial de professores de universidades públicas portuguesas;
- Representantes de Conselhos Pedagógicos e de Conselhos Executivos de Escola;
- Elemento do Conselho Nacional de Educação;
- Elemento do Ministério da Educação e Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior;
- Representante de um Conselho Municipal de Educação;
- Representantes de instituições culturais, científicas ou de carácter económico (com serviços educativos ou iniciativas dirigidas ao público escolar).

#### **ANTES DE COMEÇAR:**

Duração da secção n.º 2 e 3 - 1 minuto.

Existem questões de partida e um único campo de resposta (secção n.º 4). Para segurança dos dados e garantia no envio, aconselhamos a registar a resposta num documento de texto e, quando pronta, submeter o envio.

Para qualquer questão sobre o presente estudo empírico poderá contactar:  
su.pgomes@gmail.com

Obrigada!

Nota: o questionário utiliza o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa de 1990.

-----

### **Confidencialidade**

Os dados qualitativos somente serão objecto de análise e referência na presente dissertação de mestrado.

Pretende o anonimato?

O SIM (Neste caso, os dados qualitativos facultados serão apenas referidos como representativos da comunidade educativa a que pertence)

O NÃO

O NÃO, apenas pretendo o anonimato do nome mas não da Instituição que represento.

-----

### **Identificação**

**Nome:**

**Instituição:**

**A que comunidade educativa pertence (opte apenas por uma)?**

1 - Ministério da Educação

2 - Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior

3 - Conselho Nacional de Educação

- 4 - Elemento interveniente na formulação de programas ou de metas curriculares;
- 5 - Coordenação ou Professor(a) na formação inicial de professores de universidades públicas portuguesas;
- 6 - Conselho Pedagógico (Escola);
- 7 - Conselho Executivo de Escola;
- 8 - Conselho Municipal de Educação;
- 9 - Instituições culturais, científicas ou de carácter económico (com serviços ou iniciativas dirigidas ao público escolar).

-----

### Questionário

Para além das questões de partida, poderá acrescentar qualquer informação que considere pertinente sobre o tema "As visitas de estudo no sistema educativo português".

#### **Ponto de partida:**

- 1) - Considera as visitas de estudo uma metodologia, estratégia pedagógica ou recurso? Fale-nos um pouco sobre a opção assumida.
- 2) - As visitas de estudo, enquanto acção educativa, conferem validade à aquisição do conhecimento escolar proposto no currículo? De que forma justifica a posição tomada?
- 3) - Actualmente, como é que, formativamente, são preparados os futuros professores/colaboradores/mediadores para executar a gestão coordenativa de visitas de estudo? Como justifica esta actuação?
- 4) - Podem as visitas de estudo contribuir para a promoção de capital cultural, fundamental para afirmar a equidade escolar que o sistema de ensino pode promover e deve garantir? Em que medida?

#### **Nota:**

- i) O contributo para o questionário aberto deve ser dado na perspectiva da comunidade a que pertence. A questão n.º 3 aplica-se aos informantes-chave 5, 7, 8 e 9.
- ii) A resposta permite um máximo de 8000 caracteres. Tecnicamente, o questionário não apresenta qualquer obrigatoriedade mínima de caracteres.

**Resposta:**

**Muito agradecida pela participação!**

**O questionário chegou ao fim!**



Obrigada pela sua participação!

Os dados serão utilizados, somente, no âmbito da presente investigação e a sua confidencialidade e anonimato serão protegidos!

Caso não tenha seleccionado a opção correcta de "anonimato", p.f., envie um email para [su.pgomes@gmail.com](mailto:su.pgomes@gmail.com), até ao dia 18 de Junho.

## Anexo VII

### Pedido formal de resposta ao questionário

"As visitas de estudo no sistema educativo português" - Pedido de participação (questionário)  



Su Gomes <su.pgomes@gmail.com>

8 de jun ☆

para [redacted]

Exmo(a) Senhor [redacted]

No âmbito da dissertação de mestrado em ciências da educação, na FCSH da Universidade Nova de Lisboa, a mestranda Susana Gomes, solicita a Vª. Exª a colaboração e participação no questionário aberto sobre: *As visitas de estudo no sistema educativo português*.

O questionário encontra-se disponível em: [https://drive.google.com/open?id=1fXNu\\_f2sYUVbsfGRVt7hy1ZMsxyjuMUa6S49KYA\\_uV0](https://drive.google.com/open?id=1fXNu_f2sYUVbsfGRVt7hy1ZMsxyjuMUa6S49KYA_uV0)

Para mais informações poderá contactar: [su.pgomes@gmail.com](mailto:su.pgomes@gmail.com)

Com os melhores cumprimentos,  
Susana P. Gomes



## Anexo VIII

### Apresentação gráfica, no Google Forms, do questionário aberto

#### Introdução



**As visitas de estudo no sistema educativo português**

Desde já agradecemos a disponibilidade para responder ao presente questionário! O seu contributo é fundamental para o êxito deste estudo empírico!

A presente Investigação, intitulada de "As visitas de estudo no sistema educativo português", propõe-se a pesquisar sobre o valor pedagógico e social que o sistema educativo português atribui às visitas de estudo. Para o efeito, foi escolhida como técnica metodológica um questionário aberto dirigido a Informantes-chave.

**Informantes-chave:**

- Elemento interveniente na formulação de programas ou metas curriculares;
- Coordenador(a) ou Professor(a) da formação inicial de professores de universidades públicas portuguesas;
- Representantes de Conselhos Pedagógicos e de Conselhos Executivos de Escola;
- Elemento do Conselho Nacional de Educação;
- Elemento do Ministério da Educação e Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior;
- Representante de um Conselho Municipal de Educação;
- Representantes de Instituições culturais, científicas ou de carácter económico (com serviços educativos ou iniciativas dirigidas ao público escolar).

**ANTES DE COMEÇAR:**  
Duração da secção n.º 2 e 3 - 1 minuto.  
Existem questões de partida e um único campo de resposta (secção n.º 4). Para segurança dos dados e garantia no envio, aconselhamos a registar a resposta num documento de texto e, quando pronto, submeter o envio.

Para qualquer questão sobre o presente estudo empírico poderá contactar:  
[su.pcornea@gmail.com](mailto:su.pcornea@gmail.com)

Obrigada!

Nota: o questionário utiliza o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa de 1990.

No âmbito do mestrado em ciências da educação.

**FCSH** FACULDADE DE CIÊNCIAS  
SOCIAIS E HUMANAS  
A UNIVERSIDADE NOVA DE LISBOA

**PRÓXIMA**

Nunca envie senhas pelo Formulário Google.

Este conteúdo não foi criado nem aprovado pelo Google. Denunciar abuso - Termos de Serviço - Termos Adicionais

Google Forms

## Confidencialidade

# As visitas de estudo no sistema educativo português

\*Obrigatório

## Confidencialidade

Os dados qualitativos somente serão objecto de análise e referência na presente dissertação de mestrado.

Pretende o anonimato? \*

- SIM (Neste caso, os dados qualitativos facultados serão apenas referidos como representativos da comunidade educativa a que pertence)
- NÃO
- NÃO, apenas pretendo o anonimato do nome mas não da Instituição que represento.

VOLTAR

PRÓXIMA

Nunca envie senhas pelo Formulários Google.

Este conteúdo não foi criado nem aprovado pelo Google. Denunciar abuso - Termos de Serviço - Termos Adicionais

Google Forms

## Identificação

### As visitas de estudo no sistema educativo português

**\*Obrigatório**

#### Identificação

Embora a identificação seja obrigatória, posteriormente, serão cumpridas as opções de confidencialidade e anonimato definidas na secção n.º 2.

**Nome: \***

Sua resposta

**Instituição \***

Sua resposta

**A que comunidade educativa pertence (opte apenas por uma)? \***

- Ministério da Educação
- Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior
- Conselho Nacional de Educação
- Elemento interveniente na formulação de programas ou de metas curriculares
- Coordenação ou Professor(a) na formação inicial de professores de universidades públicas portuguesas
- Conselho Pedagógico (Escola)
- Conselho Executivo de Escola
- Conselho Municipal de Educação
- Instituições culturais, científicas ou de carácter económico (com serviços ou iniciativas dirigidas ao público escolar)
- Outro:

**VOLTAR** **PRÓXIMA**

Agora envie a sua resposta pelo Formulário Google.

Este conteúdo não foi criado nem aprovado pelo Google. Denunciar abuso - Termos de Serviço - Termos Adicionais

## Questionário

### As visitas de estudo no sistema educativo português

**\*Obrigatório**

#### Questionário

Para além das questões de partida, poderá acrescentar qualquer informação que considere pertinente sobre o tema "As visitas de estudo no sistema educativo português".

#### Ponto de partida:

- 1) - Considere as visitas de estudo uma metodologia, estratégia pedagógica ou recurso? Fale-nos um pouco sobre a opção assumida.
- 2) - As visitas de estudo, enquanto acção educativa, conferem validade à aquisição do conhecimento escolar proposto no currículo? De que forma justifica a posição tomada?
- 3) - Actualmente, como é que, formativamente, são preparados os futuros professores/colaboradores/mediadores para executar a gestão coordenativa de visitas de estudo? Como justifica esta actuação?
- 4) - Podem as visitas de estudo contribuir para a promoção de capital cultural, fundamental para afirmar a equidade escolar que o sistema de ensino pode promover e deve garantir? Em que medida?

**Nota:**  
f) O contributo para o questionário aberto deve ser dado na perspectiva da comunidade a que pertence. A questão n.º 3 aplica-se aos Informantes-chave 5, 7, 8 e 9.  
ii) A resposta permite um máximo de 8000 caracteres. Tecnicamente, o questionário não apresenta qualquer obrigatoriedade mínima de caracteres.

**Resposta: \***

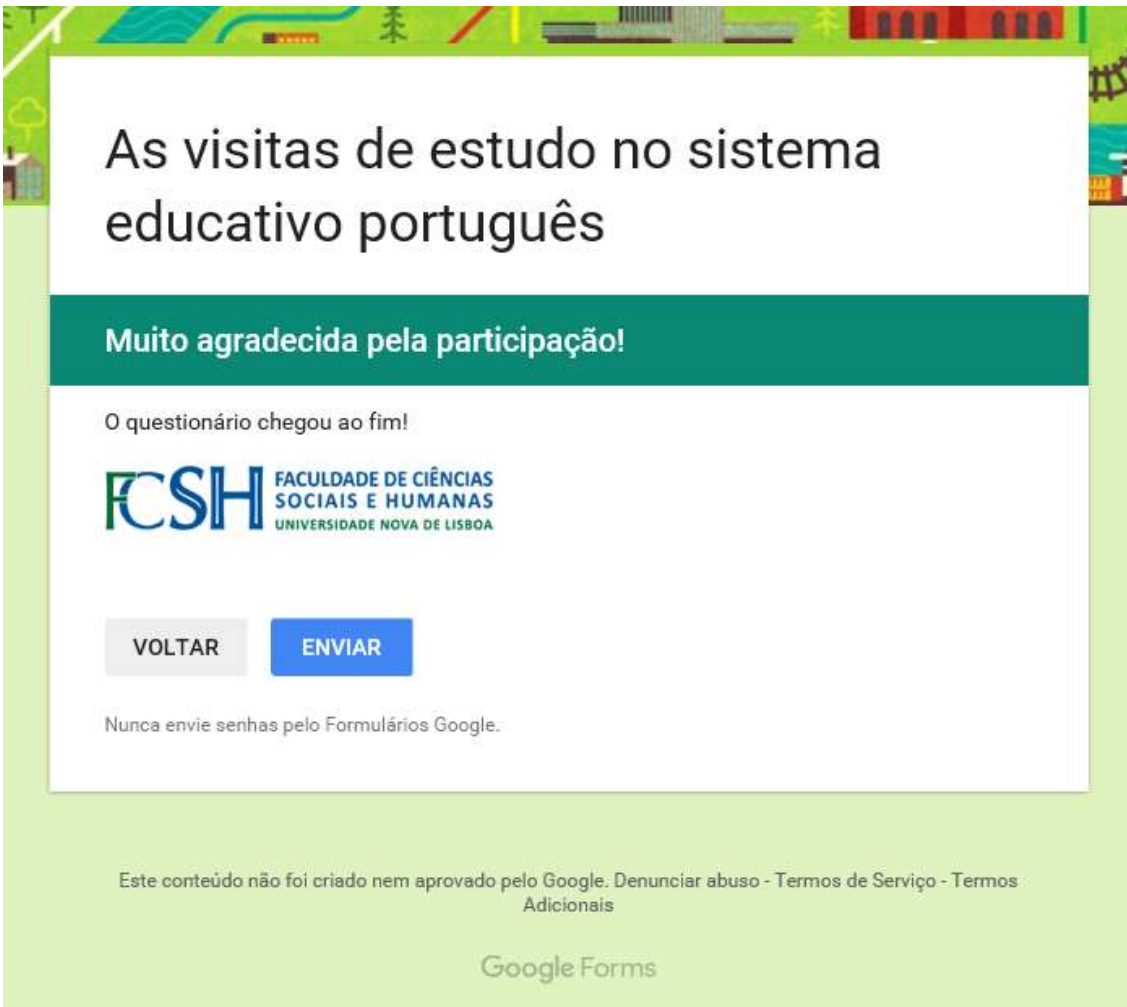
Sua resposta

Runce em le senha pelo Formulário Google

Este conteúdo não foi criado nem aprovado pelo Google. Denunciar abuso - Termos de Serviço - Termos Adicionais

Google Forms

## Finalização:



As visitas de estudo no sistema educativo português

Muito agradecida pela participação!

O questionário chegou ao fim!

**FCSH** FACULDADE DE CIÊNCIAS  
SOCIAIS E HUMANAS  
UNIVERSIDADE NOVA DE LISBOA

VOLTAR ENVIAR

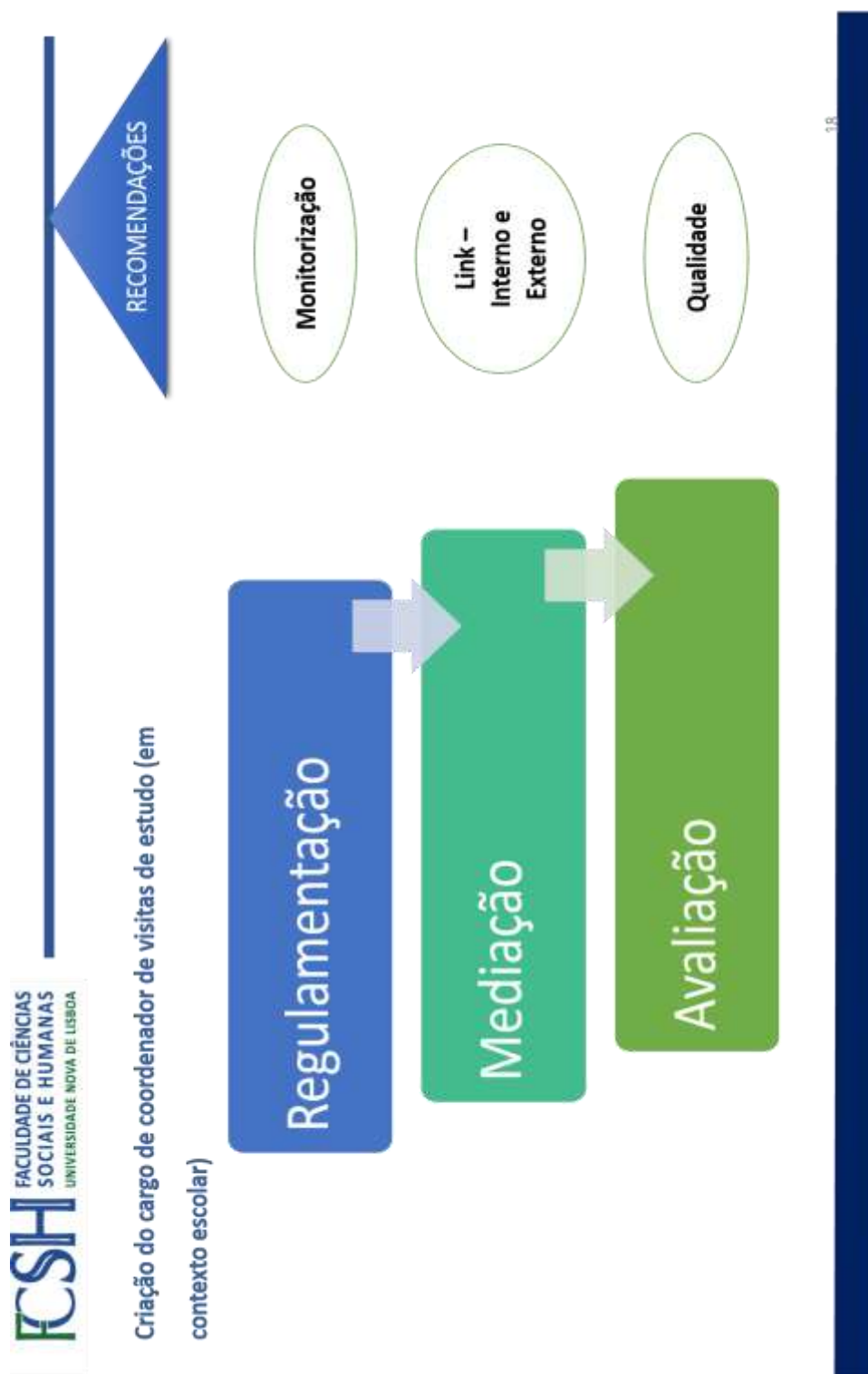
Nunca envie senhas pelo Formulários Google.

Este conteúdo não foi criado nem aprovado pelo Google. Denunciar abuso - Termos de Serviço - Termos Adicionais

Google Forms

## Anexo IX

### Recomendação: “Criação do cargo de coordenador de visitas de estudo”



## Anexo X

### Recomendação: sugestão da acção de formação “A didáctica das visitas de estudo na formação contínua de professores”

#### A didáctica das visitas de estudo na formação contínua de professores

#### RECOMENDAÇÕES

##### Objectivos

- Discutir sobre a conceptualização genérica e específica de visitas de estudo.
- Promover a prática de visitas de estudos no âmbito pedagógico.
- Identificar e relacionar conteúdos curriculares e visitas de estudo.

##### Conteúdos

- a) Identificação dos limites e fronteiras do conceito de visitas de estudo.
  - i) Tipos e funções das visitas de estudo.
  - ii) Disciplinariedade, Interdisciplinariedade e Transdisciplinariedade.
- b) Metodologias das visitas de estudo.
  - i) Reconhecer instrumentos pedagógicos associados às visitas de estudo promotores do capital linguístico, cultural e social.
  - ii) Nomear objectivos pedagógicos e sociais na organização de visitas de estudo.
    - (1) Currículo e literacia digital e cultural.
- c) Compreensão dos contextos de mediação e coordenação de visitas de estudo.
  - i) Planificar, executar e avaliar visitas de estudo.
  - ii) Construir um regulamento de visitas de estudo.
  - iii) Envolver as visitas de estudo numa relação com a comunidade educativa.

##### Metodologia

Ambiente Online / Sessões síncronas e assíncronas

##### Avaliação

- Participação nas sessões. / - Relatórios. / - Trabalho Final Individual.  
- Classificação: Qualitativa e Quantitativa

##### Bibliografia:

- Almeida, A. (1998). *Visitas de Estudo: Conceções e Eficácia na Aprendizagem*. Lisboa: Livros Horizonte.  
Conselho Nacional de Educação (2013). *Diversidade e Equidade em Educação*. Lisboa: Ministério da Educação  
Monteiro, M. (1995). *Intercâmbios e Visitas de Estudo*. In A. D. Carvalho, (Org). *Novas Metodologias em Educação* (pp. 173-196). Porto: Porto Editora.
- (...)

